

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 21/2013 da reunião de câmara de 2013/10/25	Retirado		Aprovação
2	Delegação de competências da câmara municipal no Presidente			Aprovação
3	Imposto Municipal sobre Imóveis - Definição de taxas respeitantes ao ano de 2013 a cobrar em 2014	Retirado		Aprovação
4	Taxa de Derrama de 2013 a aplicar em 2014	Retirado		Aprovação
5	Autorização prévia genérica prevista na lei dos compromissos	Retirado		Aprovação
6	7ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e 6ª alteração ao plano de atividades municipais da câmara municipal para 2013			Aprovação
7	Comparticipação municipal na requalificação do canteiro central da av. Dr. Sousa Martins pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz	Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz	Alhandra	Aprovação
8	Comparticipação municipal na execução de obras de requalificação urbana (passadeiras, passeios e parques de estacionamento) pela Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira	Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira		Aprovação
9	Retificação da deliberação de 2013/07/31, que constituiu a Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana			Aprovação
10	Revogação da escritura de 2009/12/29, de cedência em direito de superfície à UDV - Quinta da Boa Vista ou Corvo - Bom Retiro	UDV - União Desportiva Vilafranquense	Vila Franca de Xira	Aprovação
11	Comparticipação financeira para compensação do IMI pago	Cercipóvoa	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
12	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente, à data			Conhecimento
13	Projeto de loteamento denominado por Quinta dos Fidalgos	Quinta dos Fidalgos - Promoção Imobiliária, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
14	Projeto de loteamento denominado por Lavradores	Promovinte - Investimentos Imobiliários, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
15	Alteração ao loteamento denominado por Casal do Moledo - Alvará de loteamento nº 8/01, de 21/06 - Aceitação de princípio e abertura de inquérito público	Dicosul - Construções, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
16	Auto de vistoria - Centro Comercial VilaFranca Centro - Rua Serpa Pinto/Rua Alves Redol/Rua Almeida Garrett e Av. 25 de Abril	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Vila Franca de Xira	Aprovação
17	Auto de vistoria - Rua Dr. Manuel de Arriaga, nºs 8 a 12	Tecafinvest - Sociedade de Administração de Bens, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
18	Auto de vistoria - Praceta Norton de Matos, nº 6 (Urb. Quinta da Piedade 1ª fase, Ex-lote 16)	Administração do condomínio	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
19	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 15 do loteamento Casal do Freixo	Cabeça de casal da herança de António Pereira Soares	Vialonga	Aprovação
20	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 60 do loteamento Casal do Freixo	Joaquim Santinho Amaral	Vialonga	Aprovação
21	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 62 do loteamento Casal do Freixo	Maria Anselma dos Santos Pinto Amaral	Vialonga	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
22	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 109 do loteamento Casal do Freixo	Maria Domitília Assunção Gonçalves Coimbra	Vialonga	Aprovação
23	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 110 do loteamento Casal do Freixo	Maria Domitília Assunção Gonçalves Coimbra	Vialonga	Aprovação
24	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 40 do loteamento Quinta da Azinheira	Maria Manuela Alves Soares de Albergaria	Alverca do Ribatejo	Aprovação
25	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 41 do loteamento Quinta da Azinheira	Maria Alice Afonso Martins	Alverca do Ribatejo	Aprovação
26	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 4 do loteamento Pinhal das Areias	José Maria Nunes Nogueira	Alverca do Ribatejo	Aprovação
27	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote A78 do loteamento Zona do Moledo	Aníbal Mendes Júlio Pinheiro	Alverca do Ribatejo	Aprovação
28	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote A79 do loteamento Zona do Moledo	Aníbal Mendes Júlio Pinheiro	Alverca do Ribatejo	Aprovação
29	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote A81 do loteamento Zona do Moledo	Aníbal Mendes Júlio Pinheiro	Alverca do Ribatejo	Aprovação
30	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote B44 do loteamento Zona do Moledo	Manuel Antunes Diniz Lopes	Alverca do Ribatejo	Aprovação
31	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote B48 do loteamento Zona do Moledo	Leandro Francisco Garcia Dedeiras	Alverca do Ribatejo	Aprovação
32	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 7 do loteamento Enxordeiros	Augusto Alves	Alverca do Ribatejo	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
33	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 116 do loteamento Casal da Serra	Nelson Rita Jorge	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
34	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 117 do loteamento Casal da Serra	Nelson Rita Jorge	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
35	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 8 da AUGI Quinta da Ponte - Restituição de valor	Júlio Berto Alexandre Vicente	S. João dos Montes	Aprovação
36	Cancelamento de hipoteca legal a favor do município sobre o lote 174 da AUGI Fonte Santa - Restituição de valor	Eurico Almeida Rodrigues	Vialonga	Aprovação
37	Estudo de loteamento da Terra da Pastoria, Parcela 4 - 2ª Alteração à certidão do plano nº 4/2005		Forte da Casa	Aprovação
DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS				
38	Reabilitação da Estrada dos Caniços - Auto de vistoria, receção definitiva e liberação de caução	Construções Pragosa, SA Rejeitado	Póvoa de St.^a Iria/Forte da Casa/Vialonga	Aprovação
39	Construção do Centro Cultural do Bom Sucesso - Auto de vistoria, liberação de 90% da caução e conta final	Costa & Carvalho, SA Rejeitado	Alverca do Ribatejo	Aprovação
40	Requalificação da rua Alves Redol - Fase 3 (troço entre a rua Almeida Garrett e a av. Pedro Victor) - Trabalhos a menos	Constradas - Estradas e Construção Civil, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
41	Requalificação da rua Alves Redol - Fase 3 (troço entre a rua Almeida Garrett e a av. Pedro Victor) - Auto de vistoria e receção provisória	Constradas - Estradas e Construção Civil, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
42	Construção de um polidesportivo com bancadas e trabalhos complementares na EB Pedro Jacques de Magalhães - Trabalhos a menos	Construtora UDRA, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
43	Construção de um polidesportivo com bancadas e trabalhos complementares na EB Pedro Jacques de Magalhães - Auto de receção provisória	Construtora UDRA, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
44	Execução da sede e polidesportivo do Clube Académico de Desportos - Trabalhos a menos	AECI - Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
45	Execução da sede e polidesportivo do Clube Académico de Desportos - Auto de vistoria e receção provisória	AECI - Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
46	Execução de iluminação pública eficiente - Auto de vistoria e receção provisória	CME - Construção e Manutenção Electromecânica, SA	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
47	Prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de "Execução da Passagem Superior Pedonal do Forte da Casa" - Revogação da nomeação do coordenador de segurança em obra e nomeação do novo coordenador de segurança em obra	STAGEST - Engenharia e Gestão de Projectos e Obras, Lda	Forte da Casa	Aprovação
48	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Plano de segurança e saúde	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Forte da Casa	Aprovação
49	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Alteração do método construtivo do tabuleiro	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Forte da Casa	Aprovação
50	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Cessão da posição contratual	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA/Cordivias - Engenharia, Lda	Forte da Casa	Autorização
51	Adaptação do edifício do Mercado da Póvoa para espaço cultural - Alteração da data de conclusão da obra	Consórcio, Constrope - Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira - Instalações Especiais	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
52	Estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da Estrada de S. Marcos - Alteração da data de conclusão da obra	HCI - Construções, SA	Calhandriz	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
53	Ecobairro - Reforço da mobilidade e eliminação das barreiras arquitetónicas - Alteração da data de conclusão da obra	AECI - Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
54	Reabilitação de pavimentos na Estrada Municipal do Porto da Areia - Desvio de prazo de conclusão da obra	Construções Pragosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
55	Reabilitação de pavimentos na Estrada Municipal do Apeadeiro - Desvio de prazo de conclusão da obra	Construções Pragosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
56	Ampliação do talhão R do Cemitério de Vila Franca de Xira - Auto de suspensão	Construções Pragosa, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
	GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
57	Relação dos atos praticados pela Srª Presidente, pela Srª Vereadora Conceição Santos e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, à data, no uso da delegação e subdelegação de competências			Conhecimento
	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
58	Relação dos despachos da Srª Presidente e da Srª Vereadora Conceição Santos, à data, na área de pessoal			Conhecimento
59	Legislação síntese			Conhecimento
60	Pagamentos autorizados			Conhecimento
61	Balancetes			Conhecimento
62	Protocolo de colaboração com a Escola Secundária Gago Coutinho - Revogação da deliberação de 2010/01/13			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
63	Concurso interno de ingresso de Técnico de Informática - Grau 1, Nível 1 (Carreira não revista) - Recrutamento			Aprovação
64	Procedimento para recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia do 3º grau - Coordenador da Divisão Municipal de Fiscalização - Adenda à deliberação de 2013/06/19			Aprovação
65	Procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Operacional - Coveiro - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final			Aprovação
66	Procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Operacional - Cantoneiro de limpeza - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final			Aprovação
67	Reabilitação de frações em edifícios - Bairro Municipal da Cevadeira - Substituição de valores retidos e guia de depósito por garantia bancária	Urbieng - Engenharia, Construções e Consultadoria, Lda		Aprovação
68	Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais - Substituição de valores retidos por garantia bancária	Construções Pragosa, SA		Aprovação
69	Fundo de maneo 2013 - Gabinete de Apoio à Srª Vereadora Marina Tiago			Aprovação
70	Aquisição de serviços de apoio à receção do edifício central da câmara municipal - Assunção do compromisso plurianual nos termos da lei dos compromissos			Aprovação
71	Contratação de serviços de limpeza dos equipamentos municipais do concelho			Adjudicação
72	Contratação de serviços de limpeza e manutenção das zonas verdes do concelho - Minutas dos contratos			Aprovação
73	CCP - Recurso hierárquico "Contratação de serviços de limpeza e manutenção de zonas verdes no concelho" - Negação de provimento ao recurso	Recolte - Serviços e Meio Ambiente, SA		Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
74	Empreitada de execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho - Minuta do contrato DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Construtora UDRA, Lda		Aprovação
75	Atribuição de topónimos - Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria e Vila Franca de Xira			Aprovação
76	Normas do empréstimo interbibliotecas			Aprovação
77	FAO 2013 - Subsídio compensatório aos campinos DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			Aprovação
78	Apoio municipal à realização do Indicativo 01 Festival de Teatro	Ateneu Artístico Vilafranquense		Aprovação
79	Apoio municipal a iniciativas culturais	Cegada-Grupo de Teatro		Aprovação
80	Condicionamentos de trânsito ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			Ratificação
81	Listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo			Conhecimento
82	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Elisabete Serrano Alves		Aprovação
83	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de limpeza e manutenção das zonas verdes do concelho - Novembro e dezembro de 2013			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/10/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
84	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sítio da internet do município			Aprovação
85	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de limpeza e desobstrução de vários troços de linhas de água no concelho			Aprovação
86	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de vigilância humana para as Oficinas Municipais de Povos e Pátio		Vila Franca de Xira	Aprovação
87	Reclamação de pena aplicada por procedimento disciplinar			Aprovação
88	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/10/30

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e treze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
- . João Manuel Correia Pires de Carvalho;-----
- . Marina Estêvão Tiago;-----
- . Aurélio dos Santos Marques; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Paulo Sérgio Pinto Rodrigues;-----
- . José António da Silva de Oliveira;-----
- . Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte -----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves -----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Filomena Serrazina -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno -----

Drª Nélida Soares -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Técnica Superior-----

Drª Susana Santos-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----

Urbª Luís Matas de Sousa -----

OUTRAS PRESENÇAS-----



. Cordivias – Engenharia, Lda -----

Engº João Ravasco-----

. Adão da Fonseca – Engenheiros Consultores, Lda-----

Arqº Telmo Cruz-----

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
APRESENTAÇÃO DE MANIFESTO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES
REDOL -----

Interveio o Sr. Presidente, dando início à reunião cumprimentando os presentes, e distribuindo um manifesto, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, relativo a uma manifestação que foi e está a ser promovida ao longo do país, no dia de hoje, e que em Vila Franca de Xira foi desenvolvida pelo agrupamento de escolas Alves Redol.-----

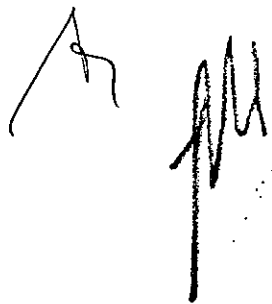
Disse ainda que aquilo que está a acontecer no país, estando os alunos dos diversos concelhos a manifestar-se, tem em vista a defesa da escola pública e a sua qualificação, no que os membros do PS estão absolutamente de acordo, na medida em que um dos pilares do desenvolvimento social e económico de qualquer país assenta numa escola pública forte e de qualidade. -----

Tomou a palavra a Sr^a Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os vereadores da CDU estão também solidários com esta manifestação, neste caso realizada pelo agrupamento de escolas Alves Redol, e que é também uma preocupação da CDU o ataque que o Governo tem feito à escola pública, com mais de 40 000 professores desempregados e uma sobrelotação das salas, turmas com mais de 35 alunos, o que não permite que o professor faça o seu trabalho de forma condigna. -----

A escola pública é uma defesa intransigente de todos os eleitos da CDU, como pensa que deverá ser de toda a população, o pós 25 de Abril trouxe um benefício para a sociedade portuguesa, a massificação do ensino e a possibilidade de todos poderem ter acesso a uma escola gratuita e de qualidade, mas infelizmente assiste-se a um retrocesso civilizacional, retirando a uma grande parte da população esse direito constitucional, tentando elitizar o ensino, retirando a qualidade da escola pública, colocando os que têm essa possibilidade no ensino privado, pondo à margem os que pertencem às classes mais desfavorecidas. -----

Assim, os vereadores da CDU estarão ao lado de quem luta, em tudo o que se faça pela defesa da escola pública, gratuita e pela educação, que é um princípio basilar de uma sociedade, certamente, e é também uma reivindicação dos próprios. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o manifesto dos estudantes vai dar entrada, e irá ser enviado ao Sr. Ministro da Educação.-----



Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, cumprimentando todos os presentes, em especial o Sr. Presidente e vereadores do PS, desejando-lhes as maiores felicidades para o cumprimento das suas funções. -----

Sobre a manifestação, disse que este Governo nada tem contra a escola pública, pelo contrário, é defensor da escola pública, e que seja dotada dos meios necessários e suficientes para ser eficiente e digna do cumprimento do ensino e aprendizagem a que todos devem ter direito. -----

Contudo, infelizmente nestes últimos anos houve grandes excessos, sempre custa pôr "ordem na casa", e é o que está a acontecer, a falta dos poucos meios que se têm, estando a ser disponibilizados os adequados para poder sustentar a escola.----

Tomou a palavra o Sr. Vereador João de Carvalho, lamentando a degradação que se verifica na escola Alves Redol, que já é de alguns anos, e hoje as coisas vão-se adensando. Caíram as primeiras chuvas, e assim que cai uma pinga de água tudo atrasa e se deteriora, estando a escola, efetivamente, em muito mau estado. Pensa que deveria ter sido feito algo para precaver, e a tendência é para agravar mais.----

Quanto ao manifesto, há todo o apoio dos membros da Coligação Novo Rumo para fazer chegar ao Sr. Ministro a reclamação sobre o estado das instalações.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que com ou sem excessos ao longo destes anos fez-se um trabalho que reputa de importante, em termos de uma escola pública inclusiva e de qualidade, e é nesse caminho que se quer continuar.-----

Não põe em causa algum excesso, nomeadamente quanto à Parque Escolar, mas não pode pôr em causa o fundamental, que é dar oportunidade a que todos possam estudar, sem prejuízo doutras possibilidades de ensino, e que também o PS apoia, no sentido de que a rede faz-se no conjunto das ofertas existentes. -----

Contudo, a escola pública é essencial para uma igualdade de oportunidades, que de outra forma não aconteceria.-----

No que respeita à escola Alves Redol, há necessidade de resolver algumas questões. O ministério já foi avisado várias vezes, fizeram-se pequenas obras, mas têm que se fazer obras de fundo, porque há dificuldades que têm de ser resolvidas, tendo os alunos também manifestado essa preocupação.-----

Interveio mais tarde, dando as boas vindas e informando as representantes dos alunos da Escola Secundária Alves Redol que o manifesto foi distribuído a todos os



Reunião de 2013/10/30

Deliberação nº _____

Deliberado, por unanimidade, enviar o manifesto ao Sr. Ministro da Educação e
Ciência. -----

3/3

Vila Franca de Xira, 30 de Outubro de 2013



Exmo. Sr. Presidente do Município de Vila Franca de Xira

Neste novo ano lectivo, os estudantes chegaram às escolas deparando-se com o agravamento dos problemas com que terminaram o ano lectivo passado. As políticas de direita deste governo PSD/CDS-PP, apenas tem em vista a destruição do ensino público.

São cada vez mais as escolas degradadas, com obras paradas e sem os materiais necessários. Ao mesmo tempo que nos dizem que não há dinheiro para as escolas, entregam milhões de euros aos bancos e financiam directamente o ensino privado com a dita medida do "cheque-ensino". O governo quer fazer da educação um negócio lucrativo, desresponsabilizando-se do ensino público.

Querem elitizar o ensino, tornando o seu acesso apenas a quem tem condições financeiras. As famílias têm cada vez menos dinheiro e aumentam os custos dos materiais e os preços dos manuais rondam os 300 euros, fazendo com que muitos estudantes tenham começado o ano lectivo sem os materiais necessários. Aumentam os valores dos passes escolares, o que se agravou com o fim do passe 4_18, não assegurando o direito à mobilidade, e dificultando a deslocação dos estudantes. Há cada vez mais estudantes a passar fome nas escolas. Este governo e a troika estão-nos a roubar tudo.

O despedimento de milhares de professores, que provocou o aumento do número de alunos por turma (havendo casos que chegam aos 40 estudantes em cada uma) e a falta de funcionários nas escolas, que impede o normal funcionamento dos serviços escolares, fazem com que o funcionamento de muitas escolas seja ilegal, por não estarem reunidas as condições mínimas de funcionamento de uma escola.

No Orçamento do Estado para 2014 o governo quer fazer ainda mais cortes nas escolas e consequentemente a degradar o Ensino Público.

Na nossa escola, a Secundária Alves Redol, a degradação do espaço escolar é mais do que evidente. Chove em muitas salas de aula, pavilhões, no recinto escolar e no polidesportivo. Neste último, onde se praticam aulas de educação física, essa degradação põem em causa o bom funcionamento e a segurança dos alunos. A falta de pessoal docente e não docente, origina o mau funcionamento de aulas e serviços escolares.

Tudo o que é descrito neste documento, poem em causa a nossa aprendizagem, a nossa segurança e o nosso sucesso escolar. Acreditamos que não estamos condenados a continuar nesta situação. O nosso descontentamento está patente nesta manifestação, nesta manhã de 30 de Outubro.

Os Estudantes da Escola Secundária Alves Redol

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
QUESTÕES RELATIVAS AO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA –
REMESSA DE DOCUMENTOS E HORÁRIO -----

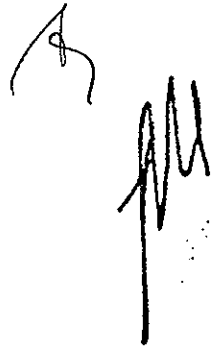
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Presidente recebeu da parte dos vereadores da CDU uma comunicação na segunda-feira, informando que teriam dificuldades em discutir pontos que chegaram nesse dia, como o IMI, Derrama e a autorização prévia genérica, e fizeram-no com a consciência de que precisavam de tempo. -----

Estão no desempenho de uma função de elevada responsabilidade, esse tempo hoje não existe, pela forma como as reuniões de câmara estão a ser organizadas, pelo que precisa de ser alterada. É necessário criar condições para todos estarem em condições de participar, sendo a intenção melhorar o funcionamento, para terem capacidade crítica, construtiva, e para que os vereadores que não estão a tempo inteiro, como o caso dos da CDU, tenham oportunidade, em igualdade de circunstâncias, de dar a opinião justificada sobre as matérias. -----

Assim sendo, uma primeira questão tem a ver com a remessa dos documentos. Entendem que o despacho que esteve em vigor, e aprovado por todos os vereadores do mandato anterior, a maior parte dos quais novamente em funções, é para estar em vigor, e consta no mesmo a informação da anterior presidente, de que todos os documentos deverão ser impreterivelmente agendados e entregues à presidência, para todos os vereadores, no final da tarde de quinta-feira, anterior à reunião, a eles terem acesso. -----

Relativamente a esta reunião, receberam uma parte dos documentos na sexta-feira, e uma parte muito importante na segunda, tendo-lhes sido dada a informação de que essas alterações constavam na plataforma digital VPN, só que ainda não têm acesso à VPN, por questões de natureza técnica imediata, com a agravante de ter sido feita uma profunda alteração da numeração dos próprios pontos da ordem do dia. Não tiveram condições de se prepararem como gostavam, não querem iniciar o mandato com estas fragilidades, e pensam que terão de todos os membros a devida compreensão. -----

Quanto à hora de funcionamento das reuniões, têm muitas dificuldades, do ponto de vista da compatibilização das responsabilidades profissionais que têm com o



desempenho destas funções públicas. Sabiam ao que vinham, mas torna-se difícil, pois não têm tempo de se prepararem, tornando-se mais exigente estarem às 9h00 ou 9h30 nas reuniões para discutirem pontos, alguns recebidos na segunda-feira à tarde. -----

Assim, deixam uma proposta, sem prejuízo da aprovação definitiva do regimento, que o horário de funcionamento das reuniões passe para as 14h30/15h00, a definir com todas as forças políticas, para poderem plenamente garantir o exercício da responsabilidade que têm. -----

Solicitam que todas as bancadas se pronunciem, sendo que, se constatarem, bem como todos, que o horário tem de ser regulado, e tendo ficado provado na parte final do mandato anterior que a generalidade das reuniões de câmara terminou antes das 19h00, assumem o compromisso de tudo fazerem para terminarem o mais rapidamente possível, serem objetivos na discussão, e tomarem as melhores decisões, a bem do serviço público. Se houver prolongamento, a câmara municipal só tem de compensar financeiramente os trabalhadores do município, pedindo-lhes a sua compreensão, uma vez que isso poderá alterar circunstâncias das suas vidas familiares. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que respeita o que foi dito, está-se no início do mandato, o próprio tomou posse efetiva no dia 23, e há matérias que se tiveram de equacionar, sendo que, por exemplo, quanto à delegação de competências, solicitou aos Srs. Vereadores as propostas até segunda-feira, e só chegaram na terça-feira. -----

Compreende perfeitamente a situação, pelo que quando lhe chegou o e-mail a solicitar a retirada de 4 pontos, entendeu que devia aceder, pois são matérias que exigiriam uma análise cuidada, e era preciso tempo. No entanto, pediu para terem em consideração um dos pontos, a alteração ao orçamento, o que foi compreendido, e agradece. -----

Pretende-se que os documentos estejam na posse dos vereadores até final de quinta-feira, mas nem sempre é possível, porque pode haver um problema de última hora, em que se verifique que um documento não tenha o rigor devido, de qualquer forma, vai-se fazer o possível para esta matéria ser uma cultura normal. --
Anteriormente os documentos chegavam à sexta-feira, e vai procurar que

[Handwritten signature]

cheguem à quinta-feira, para permitir que os Srs. Vereadores tenham mais tempo para análise.-----

Quanto às outras questões, já foram discutidas, e quando o regimento vier para discussão poder-se-á conversar. Compreende as dificuldades, mas também existem outras câmaras cujo horário é semelhante ao que se está agora a praticar. O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, lembrando algo amplamente discutido no último executivo, o horário das reuniões, e uma outra coisa, a vida pessoal dos eleitos e o seu trabalho. Todos têm as suas vidas, os vereadores da oposição não estão em horário de tempo inteiro nem parcial a desempenhar cargos na câmara municipal, e têm que obrigatoriamente trabalhar. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo, no anterior mandato, concordaram com a Srª Presidente, à data, na possibilidade de “facilitar” a vida às pessoas no seu trabalho, e sabe o próprio que para todos o horário da manhã será até muito mais livre, pois liberta a parte da tarde, mas poderá haver maleabilização no que é proposto. -----

Para os vereadores a trabalhar permanentemente na câmara municipal não faz diferença absolutamente nenhuma ser da parte da manhã ou da tarde, mas os membros da Coligação Novo Rumo, se os da CDU propuserem esta alteração para a parte da tarde, por questões pessoais, estarão de acordo, porque percebem que há pelo menos 3 pessoas naquela bancada que estão ainda no mundo do trabalho, e têm que respeitar aqueles onde trabalham. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU gostariam de saber como é que doravante se vão organizar, uma vez que há duas posições, a do horário das 9h00 ou 9h30, e outra proposta, de retomar o horário anterior. O regimento está em vigor, pelo que, não tendo sido objeto de alteração, a próxima reunião acontecerá no dia 13 de novembro, em Alhandra, às 14h00. Aparecerão às 14h00, não vão aparecer às 9h30, até por outra razão, além da compatibilização das obrigações profissionais, é para darem oportunidade ao público de poder participar. -----

O Sr. Presidente interveio, recordando que se aprovou uma calendarização, que está em vigor, é o que vai ter sequência, e se as bancadas quiserem voltar ao tema, voltar-se-á. Contudo, não sabe como é que nas outras câmaras, mesmo da



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 010

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

[Handwritten signature]

CDU, há reuniões de manhã.-----

Relativamente ao público, bem como outras questões, não se colocam, é tudo uma questão de organização, e pensa até que o horário às 14h00, esse sim, era desadequado.-----

Pensa que não se pode estar num momento a aprovar uma coisa, e no momento imediato pôr em causa o que se aprovou, mas caso a questão se venha a suscitar, voltar-se-á a conversar, não valendo a pena estar a alongar o tema.-----

Recuperando o que foi dito pelo Sr. Vereador Nuno Libório, tem que se ser claro e objetivo, para as reuniões acabarem à hora que está prevista, não se podendo eternizar a discussão só num ponto. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU vão apresentar, escrita à mão, uma proposta para que seja feito o cumprimento integral do regimento, ou seja, que se revogue a decisão da calendarização e do horário em particular. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que receberá a proposta para eventual agendamento posterior. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, entregando para apreciação e deliberação, como anunciou, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, uma proposta de revogação da deliberação relativa à hora de funcionamento das reuniões, dispensando a sua apresentação e leitura, porque os motivos são os mesmos. -----

Solicitou ainda, para que todas as forças políticas se possam pronunciar e avaliar, que a proposta conste da próxima ordem de trabalhos.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a proposta será agendada para a próxima reunião de câmara. -----



Exmo. Sr. Presidente
da Câmara Municipal de
VFX, Alberto Mesquita

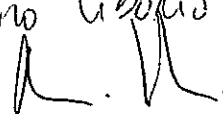
- Proposta de revogação da deliberação relativa à hora de funcionamento das Reuniões de Câmara


No cumprimento do regimento aprovado, propõe-se a revogação da decisão de alteração da hora de funcionamento das reuniões de Câmara, de 25 de Outubro de 2013.

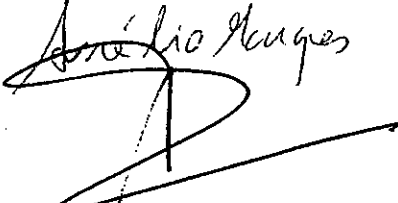
Assim, propõe-se que, doravante, as reuniões do órgão, no que à hora diz respeito, respeitem o disposto no referido regimento.

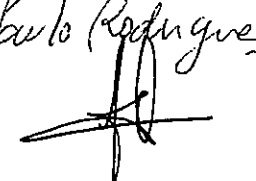
Os vereadores da CPU


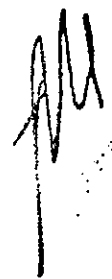
30 de Outubro de 2013

Nuno Lobo


Angélica Lando


Américo Mendes


Paulo Rodrigues


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PROGRAMA ECOBAIRRO – PÓVOA DE SANTA IRIA -----


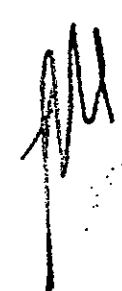
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, reportando-se ao programa Ecobairro, que está a ter lugar na Póvoa de Santa Iria, nomeadamente a empreitada de reforço da mobilidade e eliminação das barreiras arquitetónicas. -----

Os membros da CDU verificaram que com a implantação dos projetos houve algumas alterações aos projetos iniciais, e gostavam de saber que alterações foram, e que lhes fossem remetidas as respetivas peças escritas e desenhadas, assim como informação sobre as implicações orçamentais das alterações. -----

Na zona 5, que fica entre a rua 5 de Outubro, travessa Marquês de Abrantes e rua 1º de Maio, os comerciantes estão a levantar algumas questões quanto à perda substancial de estacionamento, fruto da intervenção que está a ter lugar. Assim, uma vez que se está a desenrolar ainda, e sem prejuízo da informação que solicitaram, gostariam também de saber qual seria a possibilidade de, em conjunto com os comerciantes e moradores, se poder ainda ir a tempo de definir ou reorganizar as questões do estacionamento. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que esteve numa reunião com as pessoas, e não se reduziu estacionamento, até se acrescentou. Foi possível incluir uma situação que os comerciantes reclamavam, um espaço para cargas e descargas ao pé da zona do Grémio, bem como questões de pormenor.-----

Não vê, no quadro do estudo e das obras que estão a ser desenvolvidas, a possibilidade de criar mais estacionamento, pode é criar-se nas zonas limítrofes, e ter-se-ão de encontrar soluções noutros locais, pois ao criar estacionamento de forma arbitrária será posto em causa o estudo, que tem a ver com a melhor mobilidade para as pessoas.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CÉLULA 2ª FASE – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, reportando-se à denominada célula 2ª fase, na Póvoa de Santa Iria, concretamente o terreno que fica entre a rua Professora Maria Helena e a rua Gil Vicente, que também é projetada sobre a praça Sacadura Cabral. Existe lá neste momento uma grande movimentação de maquinaria pesada, mas não há um único alvará afixado que informe qual a obra. -- Sabem os membros da CDU que a nível do projeto de loteamento está previsto um espaço verde para a zona, que ao longo dos anos foi tentando ser alterado para outras finalidades, e perguntam se a intervenção que está a ser executada visa a concretização do projeto do loteamento, ou se contempla alguma alteração. -----

Respondeu o Sr. Presidente que pensa que esta questão tem a ver com as hortas urbanas. -----

Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que sim, o projeto foi aprovado na câmara municipal, está-se a cumprir, e neste momento a movimentação maior tem a ver com a situação das chuvas que aconteceram, que trouxeram aquela escorrência toda para a zona da praça Sacadura Cabral. -----

Estão a ser feitas algumas intervenções no sentido de melhorar a drenagem superficial, pois ainda não estavam feitas as sementeiras do prado de sequeiro, para permitir agarrar o talude. -----



Fl. Ata 013

Reunião de 2013/10/30

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PASSADEIRAS ELEVADAS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se às passadeiras construídas na freguesia da Póvoa de Santa Iria, ainda antes do período eleitoral, um sem número de passadeiras elevadas que entretanto, após o período eleitoral, parou pura e simplesmente. Não foram sequer pintadas, e não existe sinalização vertical e horizontal. -----

Neste sentido, os membros da CDU questionam-se sobre quem recai a responsabilidade do acabar desta obra, pois além dos transtornos que causa aos automobilistas e peões, não há sinal do empreiteiro, e as condições atmosféricas também não são desculpa para a não pintura. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que as pinturas iniciaram-se hoje mesmo, uma vez que choveu muito, e não permitiu este tipo de trabalho, sendo que espera que esta semana fiquem acabadas. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
DECLARAÇÃO POLÍTICA DOS VEREADORES DA CDU SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA E
SOCIAL -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, apresentando e lendo uma declaração
política dos vereadores da CDU sobre a situação política e social, documento que
se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que há muitas coisas com as quais os
membros do PS concordam. -----

Declaração política dos vereadores da CDU

Sobre a situação política e social

No próximo dia 1 de novembro os trabalhadores, os pensionistas e reformados e a juventude, além de todos aqueles que se sentem revoltados com as políticas de agressão e da troica, vão seguramente fazer desse dia mais um dia de protesto e luta, por via da concentração da CGTP prevista a partir das 10 horas na Assembleia da República. Será o dia de votação do Orçamento de Estado, do orçamento que destrói o emprego, rouba salário, corta na saúde, na educação, no ensino, que não resolve os problemas do País, que aumenta a dívida, a recessão e a austeridade. Saudamos assim esta iniciativa e estamos solidários com os seus objetivos, sendo certo de que com a referida proposta de orçamento de Estado não se resolverão os inúmeros problemas do Poder Local como se agravará a situação difícil dos portugueses.

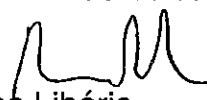
Como bem tem sido provado nas últimas semanas, há alternativas e há formas de obter os recursos financeiros, que não passa por atacar direitos ou cortar nos já miseráveis rendimentos dos trabalhadores. Por outro lado, como é sabido, esta política ignora propositadamente a grave situação económica e social de um crescente número de famílias, incluindo no Concelho de Vila Franca de Xira onde o desemprego, a precariedade, os ataques aos direitos e os despedimentos persistem.

Os vereadores da CDU saúdam também as diversas iniciativas de luta e protesto dos trabalhadores do setor empresarial do Estado, nomeadamente na área dos transportes e serviço público postal, que lutam pelos seus direitos e lutam por serviços públicos que sirvam as populações.

Solidários com a luta dos trabalhadores, os vereadores da CDU saúdam igualmente a greve anunciada pelo STAL para os trabalhadores da administração pública local, que lutam pelos seus direitos, nomeadamente pela atualização salarial, contra o roubo nos feriados e trabalho gratuito, pela defesa do horário das 35 horas semanais, pelo direito às carreiras profissional, entre outros direitos e reivindicações.

Vila Franca de Xira, 30 de outubro de 2013

Os vereadores da CDU


Nuno Libório


Ana Lídia Cardoso


Aurélio Marques


Paulo Rodrigues



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata " **016** _____

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
MOÇÃO DOS VEREADORES DA CDU – “PELA REVOGAÇÃO DA LEI DE EXTINÇÃO DAS
FREGUESIAS”-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, apresentando e lendo uma moção dos
vereadores da CDU, intitulada “Pela revogação da lei de extinção das freguesias”,
documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que esta não foi a lei que os membros do PS
queriam, mas é a que têm de acatar, até ver. -----

Referiu ainda que a moção será agendada para a próxima reunião de câmara. -----



Moção
Pela revogação da lei de extinção das freguesias

Numa atitude de arrogância e autoritarismo, o Governo e os Partidos que o suportam, PSD e CDS, aprovaram a lei que estabelece os critérios para a extinção das freguesias em Portugal – Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

Como bem nos recordamos, esta aprovação mereceu a contestação das populações do concelho de Vila Franca de Xira, além da tomada de posição da Assembleia Municipal cessante em defesa das freguesias e contra a sua extinção.

Decorrido o ato eleitoral e instalados os respetivos órgãos, lidamos hoje com um quadro administrativo autárquico substancialmente diferente no concelho de Vila Franca de Xira, que seguramente não irá beneficiar as respetivas populações.

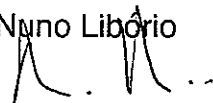
Assim, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, reunida na sua sessão ordinária de 30 de outubro de 2013, delibera:

- Em defesa do aprofundamento e autonomia do Poder Local democrático e da defesa dos interesses das populações, solicitar à Assembleia da República a revogação da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, repondo-se o mapa administrativo anterior e respetivas juntas de freguesia.

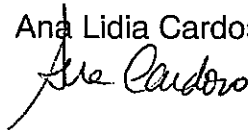
Vila Franca de Xira, 30 de outubro de 2013

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

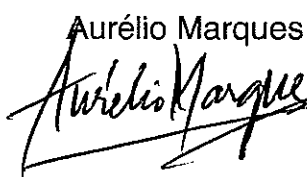
Nuno Libório



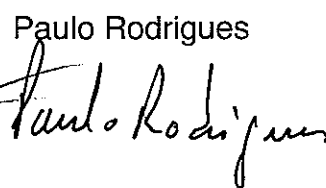
Ana Lidia Cardoso



Aurélio Marques



Paulo Rodrigues





Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 017

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ISENÇÃO DO IMT CONCEDIDA PELO ESTADO À CENTRALCER -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU trazem o exemplo de um caso da Câmara Municipal de Almada, que veio no jornal “Notícias de cá e de lá”, que tem a ver com uma decisão jurídica, em que o Estado foi obrigado a compensar esta autarquia em cerca de 1,5 milhões de euros, um valor que tinha deixado de pagar, e que era sua obrigação ao abrigo de um programa de requalificação do teatro municipal daquele município.-----

O caso demorou cerca de 4 a 5 anos nos tribunais, e por persistência daquele município o Estado vê-se agora obrigado, porque não consegue recorrer mais, a ressarcir-lo. -----

Lembraram-se imediatamente da isenção do IMT dada à Centralcer, no valor de 3,8 milhões de euros, em que o Estado português tinha a obrigação de ressarcir o município, e um valor que daria para apoiar o movimento associativo em cerca de 7 anos, pelo que não se pode esquecer ou deixar de reivindicar. -----

Já falaram várias vezes sobre o problema, foi até autorizada a consulta, por parte da anterior presidente, mas o certo é que ainda hoje não viram processo absolutamente nenhum, não houve por parte do advogado da autarquia o contacto que estava acordado, e querem saber em que ponto de situação está este processo, porque o município não está em condições de deixar passar esta verba, que tanta falta faz. -----

Respondeu o Sr. Presidente que esta é uma matéria que vai ver com o advogado da autarquia, para saber qual é o ponto da situação. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 018

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
RECLAMAÇÕES DE TRABALHADORES DO MUNICÍPIO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que existem algumas reclamações de trabalhadores da câmara municipal e dos SMAS, com as transferências que têm acontecido de local de trabalho, sem terem sido consultados ou informados. -----

Consideram que não é assim que se funciona e se devem tratar os trabalhadores, as pessoas devem ser chamadas a opinar, ou pelo menos informadas da mudança com a devida antecedência. -----


Relativamente à jornada contínua para aqueles que são sindicalizados do STAL, chegou-lhes a informação de que há vários pedidos junto dos recursos humanos, e que é dito a esses trabalhadores que não têm direito a usufruir da jornada contínua.-----

Sabem também que o STAL reuniu no mês de setembro com a câmara municipal, e foi-lhe dito que não deveria existir discriminação, mas o certo é que a informação que têm é a de que ela existe, e por parte dos recursos humanos está a ser negada a jornada contínua aos trabalhadores sindicalizados no STAL. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que não foi por nenhuma instrução sua, nem dos vereadores do Partido Socialista, que se disse que a jornada contínua não era atribuída a trabalhadores sindicalizados no STAL. É uma parvoíce, não tem sentido nenhum, e vai analisar com os recursos humanos, para ver quem terá dado uma informação dessas. -----

Contudo, têm que se analisar todos os pedidos de jornada contínua, venham de onde vierem, e deve ser atribuída não colocando em causa os serviços, pelo que nem todos os pedidos podem ser autorizados. São os dirigentes dos serviços que os analisam, que depois lhe são presentes, pois tem atribuições ao nível dos recursos humanos, e é somente essa avaliação e nenhuma outra.-----

Ah



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

OBRAS NA ESTRADA DO TÚNEL – VIALONGA/PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se às obras a decorrer na zona da estrada do túnel, entre Vialonga e a Póvoa de Santa Iria, com a construção de um muro de suporte das terras da autoestrada do norte, dizendo que estão a estragar por completo a estrada, que é usada frequentemente como via de comunicação, quer pelos vialonguenses, quer pelos povoenses, por ser mais rápido chegar de um lado ao outro. -----

A obra deve estar para durar, a estrada não está em condições, o inverno está a chegar, e questionam como é que as pessoas vão conseguir deslocar-se na zona. --- Depois de estar terminada a empresa vai arrumar o estaleiro e vai-se embora, ficando mais um caso como o da estrada do Porto da Areia, em que depois ninguém assume as responsabilidades devidas. Assim, consideram que a câmara municipal deveria rapidamente fazer chegar junto da Brisa esta preocupação. -----

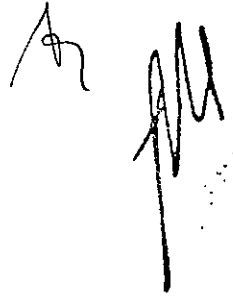
Disse ainda que o depósito das terras desta obra está a ser feito na zona dos Poços Galegos, lembra-se que o Sr. Vice-Presidente, à época, informou que iria ser pedida uma licença provisória por parte de quem deposita as terras, e não sabe se é obrigatório haver algum tipo de informação junto do depósito, mas julga que deveria existir. O amontoar das terras é constante, e convinha que a câmara municipal fizesse alguma coisa em relação a esta falta de informação. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se tem vindo a acompanhar a situação, já se trocou correspondência com a Brisa, e fizeram-se várias reuniões no local, porque não era possível admitir a situação, ou seja, estavam a circular veículos de grande tonelagem, o que degradou o pavimento. -----

Acertou-se numa metodologia de requalificação da estrada, e é isso que vai ser feito, sendo que a empresa que está a realizar os trabalhos de contenção dos taludes da autoestrada decidiu que vai fazer caminhos alternativos, entrando na própria autoestrada, para não circularem na zona. -----

Está-se atento, e vão-se ter de encontrar soluções para minimizar os problemas que acontecerem. -----

Quanto aos depósitos, o trabalho de deposição de terras foi embargado, entrou depois um licenciamento para o efeito, e solicita mais esclarecimentos ao Arqtº



Nuno Santos. -----

Tomou a palavra o Arqtº Nuno Santos, esclarecendo que foram pedidos alguns elementos relativos à instrução do processo, porque não vinha correta, e aguarda que sejam apensos ao processo, para ser emitida a proposta de decisão final. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que não faz sentido, porque primeiro põem-se lá as terras, depois pede-se a licença, vai-se ver se existe o apêndice que falta para anexar, para então se poder passar à autorização. -----

Assim, questiona qual é a autorização, porque as terras já lá estão. -----

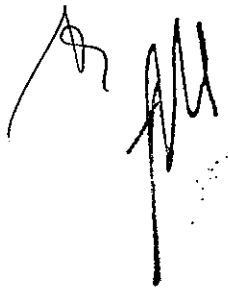
O Sr. Presidente interveio, referindo que não faz sentido, mas tomaram-se as decisões devidas. Levantou-se um auto de contraordenação e o embargo, a empresa vai ter de pagar as coimas, de acordo com o que as taxas preveem, e quando a instrução do licenciamento estiver concluída, se houver condições para licenciar, vai-se licenciar. -----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU vão fazer chegar um documento para tentar que a questão seja quebrada, a legalidade da situação reposta, e que sirva de lição, parecendo-lhes que se está a falar de um processo igual à antena da ZON ou da Beirap, e não pode continuar. ----

Já falaram duas vezes no depósito de terras, já lá está desde maio, e é preciso fazer entender às pessoas que há regras, e que se querem depositar terras num sítio para onde não têm licença têm de pedir autorização à câmara municipal, e depois colocam aquilo que a autorização prevê que seja colocado. -----

Sempre que a CDU coloca a questão o Sr. Presidente manifesta a sua preocupação e concorda, mas fica-se absolutamente na mesma, as pessoas continuam a fazer o mesmo, e continua tudo numa convivência que para a CDU é inaceitável. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que concorda com tudo, à exceção da palavra "convivência". Neste executivo não há convivência, e aquilo que se tem de fazer é aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização, para serem mais eficazes. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESTRADA NACIONAL 10 -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se à EN10, e ao calvário que todos sentem quando têm de atravessar o concelho, em condições de trânsito caótico, numa estrada que hoje não responde às necessidades do concelho, e causa sérios prejuízos, até económicos, ao mesmo. -----

Trata-se de uma competência da administração central, mas não acham correto que a câmara municipal não exija deste Governo e dos anteriores, a requalificação e investimento na estrada, pela segurança das populações e a bem da circulação viária. -----

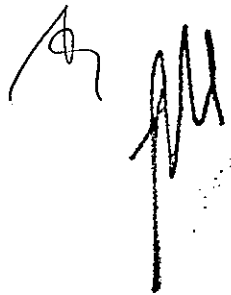
Há passadeiras que deixaram de existir, não há conservação da sinalização horizontal, há mato onde antes existiram passeios, muitos dos quais sem qualquer tipo de conservação, diária e viária, e há mato que tomou conta das bermas, como à entrada e saída de Alhandra, onde os canaviais perigosamente ocuparam uma parte da faixa de rodagem. -----

As rotundas não passam de intenções e promessas não cumpridas, e entendem que a câmara municipal não pode continuar indiferente a esta questão. Não exigem que assuma responsabilidades que são do Governo, mas entendem que deve assumir uma responsabilidade de exigência e reivindicação para tratar deste problema. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que as iniciativas que se têm feito junto da Estradas de Portugal têm sido muitas, vastas, e quanto às promessas que têm chegado, de que esta empresa iria iniciar a requalificação da EN1 e E10, uma vez que se interligam, as obras estão sempre para acontecer, mas ainda não aconteceram. -----

Na zona mais problemática, a de Alverca, a questão só se resolverá com alternativas que um dia se têm de construir, sendo essa uma matéria que se poderá discutir numa próxima reunião de câmara ou numa reunião privada. -----

Foram colocadas várias questões, e mais uma vez far-se-ão chegar à Estradas de Portugal. Tem prevista uma reunião, para colocar um dossier das muitas coisas que estão para resolver, e que ainda não foram resolvidas. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

EMPREENDIMENTO LOGÍSTICO À ENTRADA PARA O SOBRALINHO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a um empreendimento logístico que está em construção junto à antiga Sonadel, na entrada para o Sobralinho. -----

Os membros da CDU têm muitas dúvidas que o estudo de tráfego, que foi uma condição para o licenciamento deste empreendimento, conclua que a EN10 tem capacidade de receber mais umas largas dezenas de camiões a entrar e sair diariamente, quando esse empreendimento estiver em funcionamento. -----

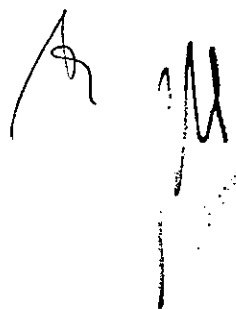
Assim, gostariam de perguntar se a câmara municipal está a acompanhar esta matéria, exigindo do promotor a acessibilidade, para não acontecer como no mandato anterior, em que a Norcentro se responsabilizou pela duplicação do troço da EN10, entre Alverca e a entrada para o Sobralinho, e a autarquia perdoou-lhe ou deixou que fizesse a obra quando tivesse condições. -----

Pensam que é preciso já hoje duplicar a faixa de rodagem, e com a entrada em funcionamento deste empreendimento mais se justifica. O investimento não tem que partir necessariamente da câmara municipal, mas tem de ser a mesma a exigir a garantia da sua concretização. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que há um estudo de tráfego, mas em princípio todas as questões foram acauteladas, o que não quer dizer que não se possa ainda, no decorrer daquelas obras, melhorar as condições de acessibilidades à futura zona logística.-----

Não se sabe bem o que vai acontecer, na medida em que o próprio promotor teve uma reunião consigo, referindo que quer ir noutro sentido, não numa área de logística pura e dura. -----

Interveio ainda o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU precisam que por escrito o Sr. Presidente informe sobre este empreendimento logístico, em relação à questão da acessibilidade, pois consideram que há competências da câmara municipal que não estão a ser suficientemente acauteladas.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DOS CENTROS COMERCIAIS NA ZONA SUL DO CONCELHO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se à situação dos diferentes centros comerciais aprovados no último mandato para a zona sul do concelho.-----

Entendem que deve haver centros comerciais, não têm nada contra, mas recordam que os 4 centros que estão aprovados só na área entre Alverca e Sobralinho, Areias, antiga Tertir, zona da antiga Nestlé e zona da antiga Previdente, são as últimas áreas de vocação económica que sobram na zona sul do concelho. -----

Esses promotores assumiram com a câmara municipal uma responsabilidade de investimentos, foram aprovados planos de pormenor e operações de loteamento, pelo que, ou a autarquia suscita a revogação dos compromissos, ou exige que sejam efetivados.-----

Deve haver uma avaliação de cada um, e, a bem do interesse económico do concelho e imperiosa necessidade de criar emprego, a câmara municipal deveria pronunciar-se sobre se este deve ser o caminho, o dos centros comerciais, ou se não se deveria retornar ao caminho do desenvolvimento industrial e económico, sustentável e tecnológico. Prefeririam este caminho, entendem que a autarquia tem todos os argumentos legais e instrumentos para poder melhorar as suas decisões, mas como não estão na posse de informação, solicitam informação sobre essa matéria.-----

Por fim, quanto ao local onde se quer fazer o centro comercial das Areias, foi dito na última reunião e noutras que a ligação à rede de saneamento está dependente da aprovação desse centro, é isso que não querem que aconteça, colocar o concelho refém de interesses económicos, pelo que apelam que a câmara municipal arrepie caminho sobre esta matéria. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que há de haver um momento em que se tem de tomar uma decisão final, porque todas aquelas operações estavam previstas num quadro económico que não existe neste momento.-----

A retração dos investidores é compreensível, não se percebe para onde é que a economia vai, e só fazem investimentos pela certa, de acordo com os estudos económicos. Apesar de alguns sinais ténues de que a economia parece querer reanimar, o facto é que ainda se está muito longe de que operações urbanísticas



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' **024** _____

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

deste volume e peso possam acontecer a breve prazo. -----

Quanto à questão do saneamento, concorda, e já falou com o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS, no sentido de a resolver. Não é só esta questão, do Casal do Pinheirinho, há um outro problema mais acima, em que há questões graves em termos de saneamento que se têm de resolver. -----

Interveio ainda o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o que os membros da CDU querem saber rigorosamente é em que fase se encontra o licenciamento de cada operação, pois entendem que poderá haver motivos para automaticamente alguns desses compromissos terem caducado, e sendo assim a câmara municipal precisa de tomar uma medida. -----



Reunião de 2013/10/30

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ACUMULAÇÃO DE ÁGUA NAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA EMPRESA VASSALO – VILA
FRANCA DE XIRA -----



Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que já foi falada anteriormente a situação da acumulação de água nas instalações da antiga empresa Vassalo. Pensa que está a ser colocada terra para fazer a estabilização do terreno, mas como a cota é inferior ao nível da água, tem que se ajudar com algum sistema de bombagem, coisa que poderá não existir.-----

Com as últimas chuvas acumulou-se novamente mais água, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se a câmara municipal já está a tomar algumas outras medidas. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que se calhar poderiam ser trazidas algumas das terras que estão a ser retiradas no Monte Gordo, e colocar ali, para evitar o empossamento. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que estão a ser depositadas terras no sentido de resolver este problema, se bem que com a desativação da empresa todo o sistema de bombagem deixou de funcionar. -----

No entanto, vai-se continuar a ver se com as terras que estão a ser colocadas é possível resolver o problema. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA DA ARMADA - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo-se à necessidade urgente da criação de emprego, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se já há um novo contacto relativo às instalações da Escola da Armada.-----

Sabem que estão entregues a uma entidade que pertence ao Estado, que é proprietária, para promover a venda, e julgam ser de interesse para o concelho poder utilizar aquelas instalações.-----

Deixou de haver já há alguns anos a Feira Popular em Lisboa, que era uma maneira de proporcionar lazer a muitas famílias, e poderia haver uma oportunidade de instalar naquelas instalações um parque de diversões, que seria gerador de criação de emprego, e alimentar um pouco mais toda a sustentabilidade de crescimento e desenvolvimento económico que o concelho precisa.-----

Era preciso que a câmara municipal tomasse alguma iniciativa, não que promovesse e fosse responsável pela criação do parque, mas pelo menos tentasse ajudar interessados para essa instalação ou qualquer outro parque temático.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se tem falado várias vezes com potenciais investidores, para, no quadro daquilo que o PDM permite, aquele espaço poder ser revitalizado.- -----

O Sr. Vereador teve uma ideia curiosa, e se houver investidores não vê mal, recordando ainda com bastante saudade a Feira Popular de Lisboa, em que todos ficaram empobrecidos, assim como a cidade, com o fim daquela feira.-----

É tudo uma questão de haver oportunidades e investidores que estejam disponíveis para avançar, o que não será o caso da câmara municipal, pois não é essa a sua vocação, e os seus investimentos têm de ir noutro sentido.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DOS PRÉDIOS DO MONTE GORDO - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, perguntando se há algum desenvolvimento relativamente ao Monte Gordo, em Vila Franca de Xira. Os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber em que situação se encontra, tanto o talude, como os lotes, e se há algum relatório intermédio feito pelo LNEC ou pelos serviços municipais, de como estão a decorrer as obras. -----

Sabem que estão a ser retiradas terras, e gostariam de saber qual o desenvolvimento da situação neste momento. -----



O Sr. Presidente interveio, referindo que se está a fazer o que provavelmente deveria ter sido feito há décadas, a contenção do talude, uma obra que vem inclusivamente melhorar a paisagem, e sobretudo criar condições para se estar tranquilo quanto ao escorregamento de terras daquele talude. -----

As questões associadas terão de ser avaliadas entre advogados, e uma das questões, que tem a ver com a demolição total e parcial do lote 2, é uma matéria à qual a Bolsimo se está a esquivar por todos os meios possíveis, no sentido de fazer aquilo que já deveria ter feito. -----

Há de haver um momento em que trará uma proposta, secundada noutros relatórios chegados entretanto do LNEC, sendo que se enviou ainda um ofício ao Sr. Presidente do LNEC, para se pronunciar se o edifício deve ou não ser demolido, na sequência de considerações e informações que deu a um jornal da região. -----

Chegará um momento em que a Bolsimo espera que a autarquia exija a demolição, e tem que se ter a consciência de que é uma decisão que se tem de tomar em reunião, bem como que a Bolsimo provavelmente avançará em tribunal no sentido de vir a ser ressarcida. -----

Mesmo com competências delegadas esta matéria tem de vir a reunião para ser discutida, pois está a falar de investimentos avultados, com repercussões futuras, e todos têm de tomar posição. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DO CELEIRO DA PATRIARCAL - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que a tomada de posse da câmara municipal foi há dias, no Celeiro da Patriarcas, uma das salas de visita do concelho, e não deixou de notar o calor que fazia no interior, por causa do sistema de iluminação que lá existe. -----

Pensa que havia um projeto, já há alguns anos, e, até por uma questão económica, pois gasta-se de uma vez mas vai-se poupar muito de futuro, gostaria de sensibilizar para a necessidade de se fazer uma modificação em todo aquele sistema de iluminação, que custa enormidades de dinheiro. -----

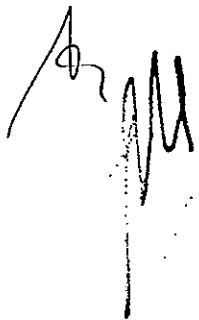
Poder-se-ia colocar luz fria ou leds, o que seria mais adequado até para o efeito que a sala tem, e em pouco tempo o que se gastar trará uma economia de dinheiro muito grande, em termos de gastos energéticos. -----

Não é o momento para despesas, mas há despesas que valem a pena, as que têm a ver com a poupança, e todos se preocupam com a poupança energética. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, em especial o Sr. Presidente da junta, que está hoje presente pela primeira vez. -----

Relativamente à questão, disse que este mês houve uma reunião no local com os responsáveis da Direção-Geral do Património, porque levantou muitas questões técnicas ao projeto inicial, e chegou-se a um acordo, também com os projetistas, que ficaram de alterar o projeto, de molde a que a direção-geral se possa pronunciar, de forma tendencialmente favorável, tendo que se enviar novamente o projeto. O projeto veio ontem dos projetistas, e vai-se remeter proximamente à direção-geral. -----

A ideia é a substituição da iluminação por soluções economicamente mais interessantes sob o ponto de vista do consumo, que vão afetar positivamente a questão do sobreaquecimento, sendo natural que nos próximos meses haja novidades, e que a câmara municipal possa avançar com a obra, que é já uma pretensão antiga. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Presidente, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, reforçando o que já disse, que a câmara municipal e a junta de freguesia terão um trabalho de mútua colaboração, pois é isso que as pessoas esperam, que haja essa atitude entre os dois órgãos. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da junta, cumprimentando todos os presentes e agradecendo o convite, que sabe bem receber, venha de onde vier. Da sua parte pretende apenas saudar o Sr. Presidente e a vereação, não tendo dúvidas quanto à capacidade desta câmara municipal e dos vereadores com atribuições, e mesmo os que não as têm. -----

De algum modo conhece quase todos, sabe da sua valia, e nesse particular Vila Franca de Xira não vai ter que se queixar quanto à capacidade para se realizar e trabalhar a bem do concelho.-----

Já teve uma troca ligeira de cumprimentos com o Sr. Presidente, deve-se ser sempre sério e leal nas observações que se fazem, e isso tem sido um sentimento recíproco, estando muito confiante que entre a junta e a câmara municipal, presidida por uma pessoa com quem tem mantido excelentes relações, se vai trabalhar de uma forma muito clara, elevada, leal e aberta, para que as coisas se consigam fazer, sabendo-se as dificuldades que se vão encontrar. -----

É impossível que alguém consiga fazer um bom trabalho de costas voltadas, e não é isso que vai acontecer. Há uma grande expectativa quanto ao que vai acontecer, e conta claramente que se vai trabalhar muito bem, e que só podem ganhar com isso os fregueses e habitantes de Vila Franca de Xira e do concelho.-----


Fica contente com a sua primeira presença numa reunião pública da câmara municipal, e agradecido do Sr. Presidente lhe ter dado a palavra.-----

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Deliberação nº _____

A



Assunto: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/28, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação, na sequência da discussão realizada sobre a matéria na primeira reunião de câmara deste mandato autárquico, da delegação no Presidente, com faculdade de subdelegação nos vereadores, de competências legalmente cometidas ao órgão executivo municipal.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que este ponto foi retirado na reunião passada para permitir que as bancadas apresentassem propostas na segunda-feira seguinte. Como nenhuma das propostas foram rececionadas, e sendo uma matéria de grande importância, que requer mais tempo para análise, foi decidido criar um documento de discussão enviado a todas as bancadas com as propostas do Partido Socialista. -----

Entretanto chegaram dois documentos, um de cada bancada, no caso da Coligação Novo Rumo com pedidos de esclarecimentos, e no caso da CDU mais substancial, tendo sido feita uma inclusão no documento do Partido Socialista das propostas apresentadas pela CDU. -----

Este documento foi revisto e analisado pelos juristas, em particular pelo Dr. Renato Gonçalves, e sugere que o documento seja discutido ponto a ponto.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que se pode constatar que a proposta da CDU foi aceite pelo Partido Socialista e julga que também parte da proposta da Coligação Novo Rumo. A CDU pensa que a sua proposta é responsável, estando disponível para garantir o pleno funcionamento da câmara municipal. Não obstante, há divergências de opinião, que a CDU continuará a manifestar sobre matérias que dizem respeito às opções políticas do Partido Socialista no concelho de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que foram incluídas a azul as propostas todas que a CDU tinha acrescentado ao documento original, com exceção de 3, por razões técnicas. São elas aprovar os projetos, programas de concurso, caderno de encargos e adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, por referência a uma alínea desta legislação, porque de acordo com a lei são

competências que fazem parte da câmara ou do presidente. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se a CDU pode deduzir que todos os projetos, cadernos de encargos, programas e adjudicações, independentemente do valor, fora do escrutínio do código de contratação pública vêm a deliberação de câmara, respondendo o Sr. Vice-Presidente que tudo o que esteja fora do código virá a reunião de câmara. -----



Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU entende que a câmara municipal, sem prejuízo do código, possa efetuar e praticar todos os atos administrativos até um montante máximo de 5 000,00€.- -----

Interveio o Dr. Renato Gonçalves, esclarecendo que em matéria de contratação pública a lei estabelece uma repartição orgânica entre competências próprias da câmara municipal e próprias do presidente de câmara, em função do montante da despesa a realizar, até ao montante de 149 683,37€, com possibilidade de delegação dos vereadores. Acima deste montante a competência é da câmara municipal, suscetível de ser delegada no presidente da câmara e subdelegada nos vereadores. -----

Só há, se a câmara assim o deliberar, delegação de competência em matéria de contratação pública em função do critério da despesa, nas delegações que visem a realização de despesas acima de 149 683,37€. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que mesmo que lhe fosse delegada essa competência traria sempre a reunião, pois já são valores substanciais para o qual a câmara municipal tem que se pronunciar. Para além disso, há muito tempo que há um “acordo de cavalheiros”, em que todos os processos de loteamento, arranjos urbanísticos e projetos nesta área vêm sempre a reunião de câmara, existindo um bom senso nas delegações de competência. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU está a falar da aquisição de serviços, que tem que vir à câmara municipal, conforme deliberação deste órgão tomada na primeira reunião. Em relação ao código da contratação pública, e sem prejuízo da lei, entende que valores elevados devem vir a reunião, dando o exemplo das empreitadas de requalificação da rua Alves Redol, em que se não tivessem vindo à câmara municipal a obra hoje tinha uma realidade bastante diferente. -----

Deve partir da iniciativa do Sr. Presidente o bom senso e muito equilíbrio na tomada de decisões que digam respeito a esse montante de valor, e não está a duvidar da sua idoneidade, mas há matérias que o bom senso exigirá, por parte do Partido Socialista, que leve no mínimo ao conhecimento do órgão câmara municipal. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que há sempre possibilidade de a cada momento qualquer vereador tomar conhecimento do que está a acontecer, e irá ter esse bom senso, porque quanto mais as coisas forem avaliadas melhores soluções se encontrarão, e as decisões tomadas nessa competência virão sempre a conhecimento aos vereadores. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU entende que a competência de deliberar sobre apoios a entidades e organismos deve ficar da câmara municipal, mantendo-se assim de acordo com a proposta da CDU. -----

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que esse ponto nunca tinha sido alvo de alteração e que se irá manter. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU acha que a câmara municipal deve assumir responsabilidades de participar em iniciativas em órgão de gestão da administração central, considerando também que a câmara tem que deliberar sobre o domínio público municipal e estacionamento de veículos. -----

Agradece a afirmação do Sr. Presidente, de que qualquer operação de loteamento, bem como obras de urbanização subjacentes, sejam do conhecimento, apreciação e votação do órgão câmara municipal. -----

No que respeita às competências de gestão dos equipamentos culturais e desportivos, cabe à câmara municipal decidir toda e qualquer forma de apoio, de parceria, beneficiação, isenção ou majoração de taxas. -----

Chegou muitas vezes à CDU o conhecimento de que a câmara municipal, através do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, isentou, no âmbito do pagamento da correspondente taxa, uma entidade do movimento associativo, mas não tem esse comportamento em relação a outras entidades, pelo que considera ser uma matéria que tem de ser apreciada por toda a câmara, assim como parcerias no desenvolvimento e utilização dos equipamentos, e gostaria que essa competência ficasse exclusivamente do órgão câmara municipal. -----

Ah

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata 035

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Terminou, referindo que sempre que haja matérias cuja natureza exija a tomada de decisão da câmara municipal imediata estão os membros da CDU disponíveis para, com o acordo prévio, aprovar ratificações, tendo que ser analisados os conteúdos das matérias.-----

O Sr. Presidente interveio, reportando que há situações de urgência que não podem esperar até à próxima reunião de câmara, e a ratificação é uma situação excecional, tendo o Sr. Vereador Nuno Libório dito que pode ficar como tem sido até agora, liga-se para as bancadas, pedindo-se a sua opinião, e normalmente estão de acordo. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que nunca foi proposta da câmara municipal e do executivo PS delegar a isenção de taxas referentes a estas matérias no presidente, fazendo parte das competências da câmara municipal a isenção de taxas, vindo criteriosamente todas a reunião de câmara. -----

Assim, agradece que essas informações de isenção de taxas que teve como vereador deste pelouro lhe sejam dadas, pois não podem corresponder à verdade. O próprio sempre pediu que o Sr. Vereador lhe dissesse quem eram as pessoas e associações que se mostravam descontentes, para verificar os processos e comprovar que as informações não eram verdadeiras, e como o Sr. Vereador nunca quis dizer, nunca se pôde comprovar que eram informações sem qualquer veracidade nos factos. -----


Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que a sua coligação tem dúvidas em relação ao ponto 1.1 do documento, se com esta deliberação essa competência passará a ser competência própria do presidente. -----

Em relação ao ponto 1.2, não consegue perceber. Quanto aos outros, não concorda com a delegação de competências, e entende que terão de ser levadas a reunião de câmara.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que talvez seja possível encontrar uma outra redação no ponto 1.1, porque está-se a falar em casos de demolições urgentes. Se não forem urgentes, podem perfeitamente vir a reunião de câmara, mas o executivo tem de ter condições para atuar em situações urgentes.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que neste ponto fala-se, por exemplo, de edifícios desabitados com risco de cair sobre outros ou para cima da via pública





ou aqueles pombais degradados ou armazéns que ameaçam ruína repentina, sendo a ideia permitir que os serviços com o apoio da proteção civil possam facilmente obter um despacho por via do presidente de câmara, para resolverem esses problemas. As situações equivalentes àquela do Monte Gordo viriam sempre a reunião de câmara.-----

Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que a questão do Monte Gordo é uma matéria de que já se falou, tem de vir necessariamente a reunião de câmara, e o princípio que está na redação do documento é o de situações muito urgentes, em que provavelmente até se terão de encontrar outras metodologias.-----



Dá o exemplo da demolição do prédio na rua 2 de Abril, que não foi fácil, em que se tomou até a posse administrativa, mas as pessoas, muitas vezes, não têm a noção do que é o procedimento administrativo necessário até à demolição de um imóvel. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que se trata de uma questão de bom senso.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, sugerindo que se acrescente que são situações que têm de ser previamente assinaladas pelo serviço de proteção civil, acrescentando o Sr. Vereador Nuno Libório que deverão ser situações de ameaça de perigo para pessoas e bens, o que é proteção civil. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que há duas questões que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de ver um pouco mais aclaradas, o caso do turismo e o gabinete de apoio ao investidor.-----

Respondeu o Sr. Presidente que a questão não tem a ver com esta delegação de competências, de qualquer forma, quanto ao gabinete de apoio ao investidor, já está a trabalhar, apesar de não em plenitude, já houve reuniões com algumas empresas que se querem instalar no concelho, tendo as pessoas que vão para lá a obrigação de fazer um trabalho transversal a toda a câmara municipal, para que os investidores não tenham de demorar muito tempo até o licenciamento, se for o caso. A pessoa que lá trabalhará é o Dr. Luís Vasconcelos, e irá ter mais uma ou outra pessoa na equipa, tendo já havido até uma reunião, relacionada com a plataforma logística, e há a perspetiva de, eventualmente, em 2014 começar a construção de uma ou outra nave, estando convencido que os próximos meses

terão bastante interesse. -----

O gabinete ficará, em termos orgânicos, agregado às atividades económicas, muito próximo do próprio, sendo que o turismo ficará diretamente da sua competência. ---

Entende que há um trabalho profundo a fazer, de estimular pessoas a virem a Vila Franca de Xira, e o Sr. Vereador Vítor Silva até já deu uma ideia interessante, trazer para Vila Franca a feira popular.-----

Estas matérias não têm a ver com a delegação de competências que se está a discutir, irão ser faladas a outro nível, que decorre da orgânica da própria câmara municipal. -----

Terminou, propondo para aprovação o documento no seu todo, perguntando o sentido de voto, dizendo que o ponto foi aprovado com a abstenção da Coligação Novo Rumo, sendo que a proposta que foi apresentada, e alterada no decorrer da reunião, foi aprovada.-----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, com as alterações propostas no decorrer da discussão.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 038

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que solicitou à empresa responsável pelo projeto da passagem superior pedonal do Forte da Casa, constante nos pontos 49 e 50 da ordem do dia, que trouxesse uma maquete, para melhor apresentação do ponto 49, e nesse sentido solicita a alteração à ordem do dia, passando-se de imediato à discussão dos 2 pontos, no sentido de depois libertar os técnicos, retomando-se posteriormente a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. ---

[Handwritten signature]

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA -----

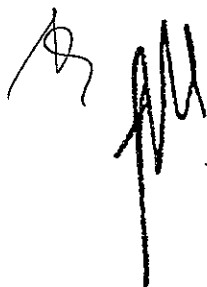
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1022/13, de 23/10, do DOVI/DOVI, para aprovação do projeto de alteração do projeto de execução da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, que consiste na alteração do método construtivo do tabuleiro da passagem superior, apresentada pela Oliveiras – Engenharia e Construção, S.A., bem como das peças desenhadas, do mapa de quantidades e do respetivo orçamento, ajustados à alteração do projeto de execução, sem que haja alteração do preço contratual, ficando o empreiteiro vinculado aos novos documentos, que passam a constituir o contrato da empreitada. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1022/13, de 23/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que se concluiu não haver problema em acolher o pedido de alteração ao projeto feito pela empresa que está a executar a empreitada, que se baseia fundamentalmente em duas situações. A primeira, com a alteração do perfil da passagem, e a segunda, que é de fundo, e que exige este novo perfil, relacionada com a necessidade da construção do tabuleiro de forma pré-fabricada. As empresas que fazem a pré-fabricação fazem-no com o perfil agora alterado, com as características que tem, e crê até que em termos de segurança é melhor.--- De seguida, passou a palavra ao Engº João Ravasco, da Cordivias, para melhor explicação. -----
Tomou a palavra o Engº João Ravasco, para fazer a apresentação da maquete respeitante ao projeto de alteração, que representa uma secção do tabuleiro pré-fabricado à escala real, e dizendo que a alteração do método construtivo proposta



tem a ver com o prazo de execução, sendo que ao se optar por uma solução pré-fabricada permite que seja feito mais rapidamente, e com a segurança, não só na utilização, mas na fase de construção. -----

A obra vai ser construída sobre a EN10, uma via com muito trânsito, e sobre a linha do norte, passando o tabuleiro por esta linha a 23 metros de altura do chão na zona mais alta, exigindo-se que seja feito com a menor interdição possível, e da forma mais rápida e segura. -----

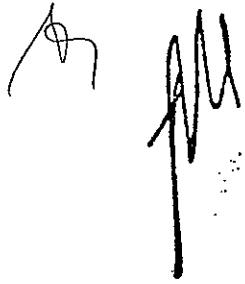
O tabuleiro pré-fabricado permite que grande parte da construção seja feita no chão, na empresa que a faz, e as únicas atividades com maior risco são as da parte de elevação do tabuleiro e colocação. -----

Ao se optar por este método fica-se limitado às empresas do mercado que fazem pré-fabricação, e daí a secção não coincidir com o que está previsto no projeto base, tendo-se entendido que a equipa projetista fosse envolvida no processo, e se pudesse chegar a uma solução tão ou mais harmoniosa em relação ao que estava previsto inicialmente. Pensa que a solução a que se chegou é equilibrada, vai ficar esteticamente muito bem conseguida, e agrada-lhe a questão da segurança, sendo a situação da REFER essencial, já que exige medidas de segurança extremamente apertadas. -----

Interveio o Arqtº Telmo Cruz, da Adão da Fonseca, mencionando que quando a sua empresa foi desafiada a otimizar o processo da ponte, introduzindo-se a pré-fabricação, considerou-o como uma oportunidade, tendo em conta as vantagens da segurança, bem como outras, de controlo de qualidade. -----

Não tinha de início arrancado diretamente para uma solução em pré-fabricado, uma vez que se fizesse o projeto todo em pré-fabricado o mercado reagiria com um preço demasiado elevado, porque o mecanismo concorrencial obriga a fechar o projeto, mas este não era o caso, o mecanismo concorrencial era aberto, e conseguiu-se otimizar a solução. -----

Quanto às diferenças de dimensão, foram muito residuais e passíveis de ser enquadradas no projeto, tendo-se entendido que havia grandes vantagens, uma delas a diminuição do prazo de construção. Avaliaram-se as consequências, que eram muito controláveis, pois tratou-se de substituir as secções estreitamente necessárias, considerando a equipa que foi dado um passo em frente, sem que



haja nenhuma quebra de qualidade ou capacidade de uso no projeto.-----

O Sr. Presidente tomou a palavra, agradecendo a apresentação feita pelo Engº João Ravasco e Arqtº Telmo Cruz.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU compreendem e aceitam as questões colocadas, e fazendo fé do articulado apresentado, da solução alternativa, e de todas as melhorias que vão ser implantadas, facilita, as condições de segurança são muito melhores, bem como o controlo de qualidade, e há muita coisa a ganhar, mas questiona, nestas melhorias todas, como se fica em termos de melhoria financeira, se vai haver implicações no custo final de obra.-----

Contudo, se existem soluções destas no mercado, muito mais viáveis de execução das obras que a câmara municipal tem por sua responsabilidade, por que é que, quando são feitos os lançamentos de concurso, não é logo equacionado este tipo de construção alternativa, mais fácil, prático, com mais qualidade, rigor e melhoria de segurança? Por que razão, nestas situações, tem que se andar sempre com um passo atrás, já que mais tarde vão-se alterar, quando deveria ser logo na fase de concurso que deviam ser identificadas pela própria câmara municipal. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que esta matéria exige uma reflexão futura, pois as questões de segurança são fundamentais, e como há empresas no mercado que fazem este tipo de trabalhos com a certificação exigível e qualidade necessária, provavelmente em futuras situações poderá vir a constar em primeiro lugar no caderno de encargos, no lançamento do concurso.-----

Quanto à questão financeira, não há alteração nenhuma, e aquilo que perguntou aos serviços foi se esta alteração traria alterações financeiras. -----

A empresa disse que, apesar de alguns constrangimentos, manteria integralmente o valor, sendo que doutra forma não se podia avançar, até pelas questões das participações dos fundos europeus. -----

De seguida colocou o ponto à votação, dizendo ter o mesmo sido aprovado com a abstenção da CDU.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

Handwritten signatures and initials

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA –
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 956/13, de
04/10, do DOVI/Jurista, para autorização da celebração de um contrato de cessão
da posição contratual detida pela Oliveiras - Engenharia e Construção, SA., na
Cordivias – Engenharia, Lda., referente à empreitada de execução da passagem
superior pedonal do Forte da Casa, mantendo-se válida a garantia bancária da
Oliveiras, Engenharia e Construção SA., até que seja substituída por outra da
Cordivias, Engenharia, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 956/13, de 04/10, do
DOVI/Jurista, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
autorização, referindo que esta questão tem a ver com o pedido que a empresa
Oliveiras fez, de ceder a posição contratual à Cordivias, na medida em que estava
envolvida em muitas obras, tinha muita dificuldade em dar sequência a todas, e
receava não poder fazer a construção em tempo oportuno. Estabeleceu nesse
sentido o contacto com a Cordivias, que aceitou, e é presente hoje a cedência
contratual à consideração da câmara municipal. -----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU
compreendem a argumentação da Oliveiras, mas parece-lhes no mínimo
incompreensível, sabendo-se o estado da construção civil em Portugal, uma
empresa dizer que está com excesso de trabalho e não tem os meios humanos e
equipamentos para realizar a obra a que se candidatou, sabendo a mesma quais os
prazos de execução, condicionantes e meios que deveria alocar, e já saberia na

A

PM

altura quais os projetos em que estava envolvida. -----

Está-se a discutir a cessão da posição contratual, de uma obra que se vai realizar num curto prazo de execução, e por isso menos se compreende este pedido, pois poderia muito bem fazer uma subempreitada. -----

Parece que todo o processo está um pouco inquinado, naquilo que são os objetivos primários do lançamento dos concursos, e por outro lado não compreendem a razão da câmara municipal lançar um concurso que custa cerca de um milhão de euros, e depois haver a cessão de uma empresa a outra, se calhar por valor inferior.-----

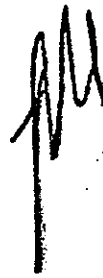
Isso daria eventualmente para a câmara municipal dizer até que as obras se poderiam fazer mais baratas, e é uma matéria que no futuro poderá vir a necessitar de esclarecimentos, e trabalhar sobre outras plataformas. -----

Respondeu o Sr. Presidente que se está numa fase estranha da economia portuguesa, e decidiu-se não ter mais uma obra para levar ao "colo". Por isso, com o conhecimento que se tinha das duas empresas, estando a Oliveiras a trabalhar com a câmara municipal no rio Grande da Pipa, onde houve uma cedência da Obrecol para a Oliveiras, pretendeu-se "jogar pelo seguro", e pareceu que seria mais prudente aceitar a cedência para uma empresa que também já trabalhou com a autarquia, e deu garantias de boa execução de trabalho.-----

O que esteve em equação foi criar as condições para que a obra avançasse, concluindo-se o mais depressa possível, para não haver dificuldades como em algumas obras, em que é dramática a situação nalgumas empresas. -----

Quanto à negociação entre as empresas, não sabe, nem a autarquia tem que se debruçar sobre isso. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que a CDU não duvida da capacidade de ambas as empresas, e a posição que tem é a de que são situações que devem merecer análise caso a caso. Uma cessão de posição contratual de uma empresa que se encontra em dificuldades económicas, para poder retirar alguns dividendos, de forma a revitalizar-se economicamente no mercado de trabalho, é compreensível, o que não é compreensível é a situação dramática em que muitas empresas se encontram. Contudo, este não é o caso da Oliveiras, não veem razões objetivas, e o sentido de voto dos membros da CDU



será o do voto contra.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se a obra do rio Grande da Pipa está a correr normalmente, ou se havia já indicações de que se vá ter problemas, facilitando a decisão de autorizar a substituição de uma empresa por outra.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que, dando a Oliveiras garantias de fazer o trabalho, e estando a Obrecol num processo de falência, depois de muitas reuniões e insistência da parte da câmara municipal, e tendo a Obrecol 55% da posição no consórcio, sendo o restante da Oliveiras, conseguiu-se que a Obrecol cedesse a posição à Oliveiras. Estava-se numa situação de impasse, os subempreiteiros estavam disponíveis, em caso de cedência, de trabalhar com a Oliveiras, e foi o que aconteceu.-----

Se não se tivesse encontrado esta solução aquela obra iria ter mais dificuldades, mas agora está a avançar em bom ritmo.-----

Terminou, dizendo que já se sabe que o voto da CDU é contra, o voto do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo é favorável, estando aprovado o ponto.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Fl. Ata . 045

Reunião de 2013/10/30

Proc⁹

Deliberação nº

Assunto: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – DEFINIÇÃO DE TAXAS
RESPEITANTES AO ANO DE 2013 A COBRAR EM 2014-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/25, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação das taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitantes a 2013, a aplicar em 2014, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o ponto será retirado e incluído na ordem do dia da próxima reunião de câmara. -----

Retirado da ordem do dia. -----



Reunião de 2013/10/30

Deliberação nº

Retirado da ordem do dia. -----

04.derrama



Deliberação nº

Retirado da ordem do dia. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: 7ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 6ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2013 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 74/13, de 24/10, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 7ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e 6ª alteração ao plano de atividades municipais da câmara municipal para 2013.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 74/13, de 24/10, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que pensa ter havido algum engano, ou na opinião dos membros da CDU há algo que não deve ser feito como foi. No meio das alterações aparece uma respeitante à Cercipóvoa, e porque faz parte do ponto 11, não estando ainda aprovado, não lhe parece correto que esteja já na alteração. É um preciosismo, mas parece-lhes ter toda a lógica.-----
Depois, sobre as urbanizações inacabadas, pensam que se tem obrigatoriamente de continuar a resolver o problema, dando o exemplo da Encosta do Moinho, onde na semana anterior ao ato eleitoral todas as forças políticas tiveram oportunidade, a convite dos moradores, de conversar com os seus representantes. Neste sentido, gostariam de saber como é que o PS pensa resolver o problema desta urbanização e outras. -----
Verificaram um gasto de 20 000,00€ para avaliação psicológica no que respeita aos concursos de admissão de pessoal, e sabem que é obrigatório, que os serviços

que a fazem devem estar creditados, mas perguntam se há ou não nos quadros um psicólogo que esteja com essa credenciação feita, pois 20 000,00€ é uma verba significativa. -----

Verificaram ainda uma verba de 50 000,00€ para demolições, e gostavam de saber quais. -----

Respondeu o Sr. Presidente, quando à Cercipóvoa, que se tem de aprovar a alteração para depois se poder aprovar o ponto 11, o contrário é que não era possível. -----

Quanto às urbanizações inacabadas, vai-se prosseguir o trabalho que se tem vindo a desenvolver, no sentido de fechar muitos processos, o mais possível. São situações, algumas, com mais de 20 anos, outras mais recentes, em que não se acautelaram devidamente as questões das garantias, e a câmara municipal não pode prejudicar mais os residentes, por questões de carácter técnico ou administrativo. Há que seguir o processo, e mais tarde, junto do advogado, ver como poderá vir a ser ressarcida dos investimentos. -----

A designação das infraestruturas no passado era genérica, não havia um projeto paisagístico, mas hoje as coisas evoluíram, há outras condições, e há que reconverter e adequar os projetos. -----

Assim sendo, os valores que constam do documento são para fazer pequenas intervenções. -----

No que respeita às demolições, o valor permitirá resolver demolições urgentes e inadiáveis, como o caso na Escusa, em que há um pombal a cair. -----

Há demolições feitas internamente, como as feitas no bairro das Colónias, mas há demolições que exigem outros recursos técnicos, e há necessidade de adjudicar, sendo o valor necessário para o efeito. Não consegue dizer o que se vai demolir a seguir, mas pode trazer a informação do que se teve de demolir. -----

Quanto à avaliação psicológica, gostaria que fosse feita internamente, mas a lei exige que seja uma entidade externa, o que não se compreende, sendo que já foram feitas pelo psicólogo da câmara municipal. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, voltando a solicitar esclarecimentos sobre a urbanização da Encosta do Moinho, qual a solução, se há ou não garantias bancárias, e se se acionam. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 050

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

O Sr. Presidente interveio, mencionando que seria imprudente dizer que amanhã era resolvido. Não faz promessas, gosta de dizer aquilo de que está seguro, e por isso acolhe a sugestão no sentido de ver o que é possível, estando o urbanizador numa situação de insolvência. -----

No entanto, as pessoas não têm culpa, e a câmara municipal já não fala com o promotor, fala com o administrador de insolvência, com quem tem vindo a conversar. Vai fazer o ponto de situação deste processo, que depois irá transmitir, solicitando nesse sentido ao diretor do departamento a informação para prestar à bancada da CDU, em particular à Srª Vereadora. -----

De seguida colocou o ponto à votação, tendo a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso referido que a CDU se abstém, dizendo também o Sr. Vereador João de Carvalho que a Coligação Novo Rumo se abstém. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo então que o ponto foi aprovado, com a abstenção da CDU e da Coligação Novo Rumo, e os votos favoráveis do PS. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

Assunto: COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NA REQUALIFICAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AV. DR. SOUSA MARTINS - ALHANDRA -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/25, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um apoio municipal, da verba a transferir pela Cimpor, no montante de 4 937,22€, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, destinado à requalificação do canteiro central da Avenida Dr. Sousa Martins, em Alhandra. -----

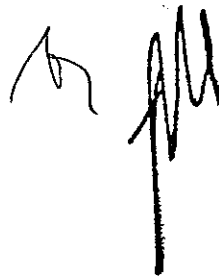
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que lamenta a falta de diálogo que houve entre a câmara municipal e os moradores desta avenida, que levou à infeliz localização dos ecopontos que se encontram agora instalados, sendo que a CDU muito gostaria de ver reanalisada a situação, no sentido de não colocar e não criar constrangimentos nos seus habitantes. -----

Os membros da CDU gostariam também, fruto das diversas intervenções feitas no local pelo SMAS, de receber toda a informação do custo total da requalificação, que pedem que seja detalhada. -----

Solicitam que a câmara municipal verifique o estado das casas que pertencem ao município e se encontram nesta artéria, não se podendo exigir que os proprietários cumpram com a legislação no que respeita ao edificado, quando é a própria autarquia a não tomar esse exemplo, deixando o seu edificado degradado, o que não abona em nada a sua imagem, muito menos o bom nome do Dr. Sousa Martins, que dá o nome à avenida. Questionam se há algum projeto para recuperação ou alienação dos imóveis, bem como se já foram estabelecidos contactos com a Cimpor, no sentido de dar continuidade no ano de 2014 ao protocolo de colaboração existente atualmente. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, mencionando que numa das últimas reuniões de câmara do mandato anterior fez uma intervenção sobre estes edifícios da câmara, nesta avenida, e na altura foi dito que estava a haver um protocolo com uma universidade para se estudar uma maneira de financiamento para as obras de renovação urbana que eram necessárias fazer no concelho. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, em relação à ilha ecológica, que não existe outro local para a instalação, ou seja, se sair dali para outro local o problema será o



mesmo. -----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, referindo que as infraestruturas da ilha ecológica, tendo em conta o subsolo, não tinham outro local para serem colocadas. Entrou em funções oficialmente há 2 dias, irá ter agora os processos todos, nomeadamente desta intervenção, e assim que tiver uma resposta concreta trará a reunião de câmara. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, em relação ao protocolo com a Cimpor, que a câmara municipal reuniu com a administração da empresa antes de terminar o mandato, e a empresa afirmou que não havia condições para se manter o protocolo, estando pois muito pessimista em relação a essa mesma renovação.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a reabilitação urbana é uma prioridade que o município elegeu como das mais importantes quanto à abordagem do conjunto do território, sendo que numa das últimas reuniões de câmara do mandato anterior fez-se uma adjudicação a uma equipa ligada à Universidade de Lisboa, para lançar as bases do que será a política de requalificação urbana. -----

Aguarda informações dos mecanismos que o Governo consiga negociar junto da União Europeia para o próximo quadro comunitário de apoio, considerando o executivo que há duas áreas fundamentais, a requalificação urbana e a formação e integração social para combate à crise. Assim, a capacidade e inteligência do Governo na abordagem e negociação com a União Europeia pode ditar ou não a intervenção dos municípios na requalificação urbana. A autarquia tem essa experiência e vontade, e espera que a região de Lisboa e Vale do Tejo não seja excluída do próximo quadro comunitário de apoio. -----

A câmara municipal estará representada na próxima segunda-feira, num encontro com o Sr. Secretário de Estado, no sentido de perceber qual a orientação do Governo relativa a este quadro comunitário, e assim que existirem mais informações trará a reunião de câmara para conhecimento. -----

O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, sugerindo que na reunião se fale dos fundos europeus para a cultura que não estão a ser utilizados por Portugal, porque não há um comissário português para a cultura no conselho europeu, e está a falar de muitos milhões de euros. -----



Deliberação nº

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que julga que esta câmara municipal não pode aceitar que a Cimpor escamoteie aquilo que são as suas responsabilidades perante a população, fruto da atividade que exerce.-----

Agradeceu ainda a intervenção do Sr. Vereador António Oliveira, dizendo mais uma vez que deve ser feita uma reanálise sobre o assunto e aguardará as informações.-

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se irá pressionar para que o protocolo seja renovado, mas é difícil ter aquilo que alguém não quer dar, mas é uma discussão que este órgão terá de fazer sobre esta matéria.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--

CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO



Fl. Ata 055

Reunião de 2013/10/30

Proc^o _____

Deliberação nº _____

Pelas 12h45, após a discussão e votação do ponto 7 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

publico



Fl. Ata ' 056

Reunião de 2013/10/30

Proc[®]

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA-----

Interveio o munícipe, Sr. Bento Jesus Nunes Luís, dizendo que desde antes do 25 de Abril que participa nas reuniões de câmara, sempre que tem disponibilidade, e registou com muito agrado que nas tomadas de posse dos órgãos municipais e de freguesias a presença do público foi bastante significativa.-----

No entanto, não lhe agradou saber que as reuniões deste órgão passassem a ser às 9h00, pois não é convidativo, não é estimulante para a participação dos munícipes, pelo que sugere que o horário seja repensado, e refletido de forma a possibilitar a participação das pessoas nas reuniões de câmara.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que é uma matéria interna da câmara municipal, e internamente ir-se-á discutir. -----

publico.1



Deliberação nº _____



Deliberação nº 1064

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--




Assunto: CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR E DAS RESPETIVAS CHEFIAS-----



Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/23, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para retificação da deliberação tomada em 2013/07/31 e aprovação da constituição da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, designando-se como chefe de equipa o Técnico Superior, Luís Miguel Matas de Sousa, Urbanista, com contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, e como seu substituto, nas faltas e impedimentos, a Técnica Superior, Vitória Cochicho, Arquiteta, com contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que a CDU teve possibilidade de manifestar anteriormente o seu desacordo sobre a criação desta equipa, e continua a ter essa opinião, não havendo razão nem justificação para a sua criação, não pondo em causa a capacidade profissional dos técnicos mencionados, e irá votar contra.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que este ponto que vem a reunião de câmara não é uma alteração à equipa, mas uma precisão, de acordo com uma exigência da lei, que é a referência a um chefe de equipa, assim como identificação de todos os elementos que fazem parte dessa equipa.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que fica satisfeito pela quantidade de meios humanos com que esta equipa fica composta, e espera que o trabalho seja mostrado, pois o concelho tem zonas que precisam de uma intervenção a nível da reabilitação urbana.-----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

Assunto: REVOGAÇÃO DE ESCRITURA DE CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE À
UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/23, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da revogação da escritura de cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno com a área de 1125 m2, do prédio urbano sito na Quinta da Boa Vista ou Corvo, na freguesia de Vila Franca de Xira, celebrada com a União Desportiva Vilafranquense em 2009/12/29, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que esta situação não é nova, referindo todo o processo do passado até chegar aos dias de hoje, e perguntando ainda em que pé está a situação da futura instalação de um posto de combustível para a UDV no campo do Cevadeiro, como ficou a negociação entre a UDV e a Obriverca, bem como a questão do local. -----

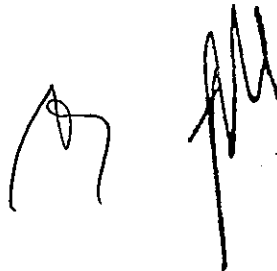
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber, face à revogação do terreno, se já há alguma combinação para que a câmara municipal entregue à UDV um local para a construção do posto de combustível. -----

O Sr. Presidente interveio, esclarecendo que a câmara municipal, e julga que todos, está disponível para encontrar soluções que viabilizem a atividade do movimento associativo desportivo, que é o caso. Se houver necessidade de se encontrar outra alternativa de espaço para o efeito, certamente ir-se-á discutir e encontrar uma solução nesse sentido. -----

Inicialmente a Estradas de Portugal nunca deu parecer favorável, mas foi-se insistindo, foram-se encontrando outras soluções, tendo o último "layout" parecer favorável desta entidade. Informou-se há mais de 1 ano o clube que estavam ultrapassadas as situações, e de acordo com aquele "layout" era possível implantar um posto de combustível na zona que o clube pretendia. -----

O clube manifestou, desde o início, algumas reservas quanto ao espaço do Bom Retiro, que é o que está em discussão, sendo que pensa também que se evoluísse a variante de Vila Franca de Xira o espaço era curto. -----

Quando enviou o ofício ficou na expectativa de que o clube reagisse, para se



Fl. Livro _____

Fl. Ata 061

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

avançar com a bomba, tanto mais que havia negociações com uma empresa ligada ao ramo. Porém, para além do mercado ser o que é, não ser já um negócio tão apetecível, o próprio clube não evoluiu no sentido de avançar com o licenciamento de um posto naquela zona, que é possível. -----

Entretanto, com a permissão da câmara municipal estão a ser instalados pré-fabricados para acolhimento das pessoas que desenvolvem o trabalho técnico na área do futebol, parecendo-lhe também, apesar do espaço possibilitar a implantação da bomba, que provavelmente não será tão depressa, pois parte do espaço está a ficar ocupada. -----

Trata-se de analisar factos, pelo que, caso a UDV venha dizer que agora vai necessitar daquele espaço para a atividade desportiva, e necessita de um outro que substitua o que agora se vai revogar, será possível encontrar uma outra solução, que se trará a reunião de câmara. -----

Quanto às contas, há um remanescente dos 198 000,00€ que custou o relvado, que exigirá resolver por parte do clube e da Obriverca, e há uma matéria que eventualmente virá a reunião, numa outra proposta, a resolução da questão da ETAR de Vila Franca de Xira, onde o valor dos 198 000,00€ está incluído. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que falou como vereador, analisando a documentação que lhe foi apresentada, no sentido de ser esclarecido do que é que vinha a seguir. Não tem dúvidas de que o que é presente é só a revogação do direito de superfície, e nada mais, tendo ficado esclarecido. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, questionando se não há dúvidas de que o espaço que esteve autorizado era junto ao campo de futebol, tendo o Sr. Presidente esclarecido que o espaço que está autorizado, tanto pela Estradas de Portugal, que é quem tem jurisdição sobre a matéria, como pela câmara municipal, é junto ao campo, mas agora está a utilizar-se para outras questões, que são de carácter interno do próprio clube. -----

Se o clube quiser outra oportunidade para viabilizar a instalação de um posto de combustível noutro local, será analisada essa questão. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

Handwritten signatures

1. Assunto: COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PAGO PELA CERCIPÓVOA – COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL-----



2. Resumo: Presente o processo instruído com parecer nº 22/13, de 24/09, do DGAFJ/D, para aprovação da atribuição de uma comparticipação financeira à Cercipóvoa – Cooperativa de Solidariedade Social, no valor de 64 487,03€, para compensação do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, relativo aos anos de 2007, 2008 e 2009.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se parecer nº 22/13, de 24/09, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se trata de uma exceção e merece uma apreciação.-----
A Cercipóvoa não honrou com os seus compromissos, uma vez que estava impedida de o fazer ao abrigo da regularização de dívida para com a Segurança Social, e se não fosse esta situação muito provavelmente a questão nem se colocaria. Assim sendo, os membros da CDU irão viabilizar, deixando claro que é uma posição específica para um problema que está a ser acompanhado especificamente pela câmara municipal.-----
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que a Coligação Novo Rumo também não irá colocar qualquer dificuldade na aprovação deste ponto, perguntando se a Cercipóvoa tem a sua situação fiscal regularizada e qual o valor do IMI em causa.-----
A Drª Nélida Soares interveio, esclarecendo que só se pagará após existir uma

confirmação de que os valores foram liquidados e pagos. O valor da retenção dirá respeito aos encargos de cobrança que as Finanças retêm por cobrar os impostos, que é de 2,5%, e nunca virá para os cofres da autarquia. Mesmo que o município recebesse estes 64 000,00€ seriam retidos 2,5%, que neste caso representam cerca de 1 600,00€, que o município poderá decidir ressarcir ou não. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que se abre um precedente, que pode fazer lei, e a câmara municipal tem de ter cuidado de futuro, pois há outras entidades que provavelmente também passarão por dificuldades financeiras e, sendo detentoras dos próprios edifícios, poderão pedir o mesmo tipo de apoio. -----



O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que a CDU entende que a câmara municipal assumiu compromissos com a Cercipóvoa, pois levou-a a assumir responsabilidades financeiras para a construção de um edifício. Todos conhecem o processo, que passou a correr mal porque, à última da hora, os mecenas ou apoios de subscritores sociais retiraram esse apoio. A autarquia sempre disse que nunca deixaria esta instituição desamparada, e por isso a CDU irá votar. Há situações que não podem ser comparadas, e a CDU não vai fazer lei. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a última parte não foi bem assim, pretendendo ainda que fique bem claro que é uma situação excecionalíssima, que abre e fecha, e que eventualmente uma outra situação não terá cabimento, a não ser que a câmara municipal venha a analisar. Considera que há que ter consciência que, tendo em vista o objeto social que a Cercipóvoa desenvolve, as dificuldades financeiras tremendas que sempre teve e continua a ter, esta medida é importante em termos de tesouraria, para que a instituição tenham alguma folga para desenvolver o seu trabalho. -----

Está em causa uma área da deficiência para a qual o país só após o 25 de Abril é que despertou, e a Cercitejo e a Cercipóvoa fazem no concelho um trabalho admirável no sentido da inclusão, não tendo dúvidas de que a situação deve ter por parte da câmara municipal uma avaliação de caráter excecional. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E
REQUALIFICAÇÃO URBANA



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE, À DATA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 463/13, de 24/10, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, à data, no período compreendido entre 2013/09/10 e 2013/09/29, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 463/13, de 24/10, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se o Sr. Presidente pode prestar mais informações sobre o licenciamento do requerente ESAF – Espírito Santo - Fundos Investimento Imobiliários. -----
Interveio o Arqtº Nuno Santos, dizendo esta alteração é relativa ao edifício de armazém de escritórios, não tem nada a ver com habitações. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: PROJETO DE LOTEAMENTO DENOMINADO POR QUINTA DOS FIDALGOS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 870/13, de 07/10, do DGUPRU/DGU/SGP, para aprovação, decorrido o período de discussão pública, do projeto de loteamento denominado por Quinta dos Fidalgos, freguesia da Castanheira do Ribatejo, sendo o promotor a Quinta dos Fidalgos - Promoção Imobiliária, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 870/13, de 07/10, do DGUPRU/DGU/SGP, planta de localização, planta síntese, planta de cedências e Qualificação dos Espaços, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

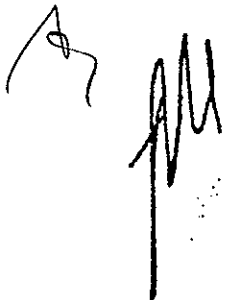
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo-se a este assunto em conjunto com o ponto 14 da ordem do dia, dizendo que antes de aprovar estes loteamentos é de todo indispensável, para uma correta avaliação, que sejam fornecidas aos membros da Coligação Novo Rumo diversas informações, em forma de relatório, que não têm, sobre todos os gastos públicos tidos até à data com ambos os projetos, bem como um relatório por parte da Abertis, sobre o que está cumprido e o que falta cumprir.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo, quanto à Quinta dos Fidalgos, que fica em local próximo, mas não tem a ver com a Abertis, é uma matéria que veio para discussão pública, que já terminou, não houve reclamações ou pedidos de esclarecimento, vindo agora o processo para finalização.-----

É uma urbanização bem conseguida de vivendas, num local que lhe parece

necessário, na freguesia da Castanheira e Cachoeiras, para quando houver uma reanimação económica naquela zona. Hoje em dia, através da ligação da EN 1 à autoestrada, está-se em Lisboa em pouco tempo, e não quer dizer que não haja pessoas que se interessem em adquirir uma vivenda naquele local. Por outro lado, a antiga casa de lavoura, que era a Quinta dos Fidalgos, vai ser recuperada, e se não fosse este loteamento era mais um património de interesse que se perderia.---- Quanto ao outro loteamento, é também uma situação semelhante. ----- Não tem a ver com a Abertis, mas com a área de expansão logística. A Abertis fica do lado nascente, e esta urbanização é do lado poente, quase em frente.----- Neste momento sabe-se que vai para lá a concentração de alguns serviços da Jerónimo Martins, não só de logística, mas também a criação de uma atividade de desmancho de carnes e confeção de refeições distribuídas na cadeia Pingo Doce, e uma área de confeção de massas.----- Está-se perante uma situação consolidada, e serão criados bastantes postos de trabalho. É uma operação urbanística importante para aquela zona, que na sua opinião continua a ser a grande zona de expansão da atividade económica do concelho. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROJETO DE LOTEAMENTO DENOMINADO POR LAVRADIOS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 840/13, de 01/10, do DGUPRU/DGU/SGP, para aprovação, decorrido o período de discussão pública, do projeto de loteamento denominado por Lavrados, freguesia da Castanheira do Ribatejo, sendo o promotor a Promovinte – Investimentos Imobiliários, SA. -----

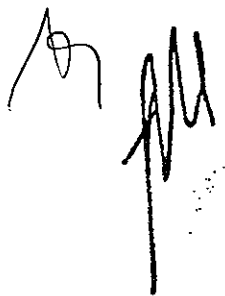
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 840/13, de 01/10, do DGUPRU/DGU/SGP, plantas de localização, planta síntese, planta com áreas de cedências para o domínio municipal, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 13 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR CASAL DO MOLEDO – ALVERCA DO RIBATEJO - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 8/01, DE 21/06-----


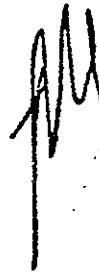
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 768/13, de 30/09, do DGUPRU/DGU, para aprovação da aceitação de princípio e abertura de discussão pública, por um período de 10 dias úteis, da alteração ao loteamento denominado por Casal do Moledo, titulado pelo alvará nº 08/01, de 21/06, freguesia de Alverca do Ribatejo, sendo o promotor a Dicosul – Construções, Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 768/13, de 30/09, do DGUPRU/DGU, planta de localização, alteração da planta síntese (desenho 1) e alteração da planta síntese (desenho 1A), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU não irá levantar qualquer obstáculo, mas parece que os obstáculos estão mais no lado do promotor do que na câmara municipal. Já perdeu a conta à quantidade de alterações a este loteamento, preocupando-lhe o conjunto muito significativo de infraestruturas como os arruamentos, passeios, sumidouros, locais de acesso, que facilmente se tornaram públicos e que fazem de caminhos e trajetos privilegiados, nomeadamente para a escola do Bom Sucesso, que não estão recebidos por um lado e não estão devidamente conservados ou mantidos por outro.-----
O Sr. Presidente interveio, referindo que o que se está a tratar é da redução de número de fogos e permitir comercialmente que o promotor possa desenvolver a sua atividade e vender as suas frações.-----
A câmara municipal tem um processo antigo com a Dicosul, que está em

contencioso, ainda por resolver, e a negociação foi a possível, não a desejável. -----
Neste caso a câmara municipal ainda não rececionou algumas coisas, pois as
infraestruturas ainda não se encontram em condições, compreendendo o próprio
que com a hábito das pessoas utilizarem essas infraestruturas elas comecem a
ficar degradadas, e num caso ou outro poderão já começar a estar.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, sugerindo uma análise para ver se há
possibilidade de rececionar algumas, devido ao estado de degradação, para mais
tarde o promotor não afirmar que a degradação não é culpa dele.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que será analisado em futuro próximo. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 071

Reunião de 2013/10/30

Procº 5895/92 ONERED

Deliberação nº 1071

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA SERPA PINTO, RUA ALVES REDOL, RUA ALMEIDA GARRETT E AV. 25 DE ABRIL – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 519/13, de 18/10, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito ao edifício do Vilafranca Centro, nas ruas Serpa Pinto, Alves Redol, Almeida Garrett e av. 25 de Abril, freguesia de Vila Franca de Xira, solicitada pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.-----



3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 519/13, de 18/10, do DGUPRU/DF e auto da vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA DR. MANUEL DE ARRIAGA, NºS 8 A 12 – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 490/13, de 10/10, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na rua Dr. Manuel de Arriaga, nºs 8 a 12, freguesia de Vila Franca de Xira, solicitada por Tecafinvest-Sociedade de Administração de Bens, SA.-----



3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 490/13, de 10/10, do DGUPRU/DF e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – PRACETA NORTON DE MATOS Nº 6 – URBANIZAÇÃO QUINTA DA PIEDADE, 1ª FASE (EX-LOTE 16) – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 484/13, de 08/10, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na praça Norton de Matos, nº 6, na Urbanização Quinta da Piedade, 1ª fase, (ex-Lote 16), freguesia da Póvoa de Santa Iria, solicitada pela administração do condomínio. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 484/13, de 08/10, do DGUPRU/DF e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 15 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 304/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 15 do loteamento Casal do Freixo, na freguesia de Vialonga,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido pelo cabeça
de casal da herança de António Pereira Soares.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 304/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente, à data. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 60 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 301/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 60 do loteamento Casal do Freixo, na freguesia de Vialonga,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Joaquim
Santinho Amaral.-----

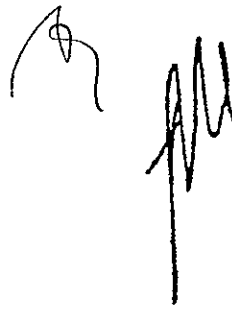
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 301/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente, à data. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 62 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 305/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 62 do loteamento Casal do Freixo, na freguesia de Vialonga,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Maria
Anselma dos Santos Pinto Amaral. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 305/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente, à data. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 109 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 319/13, de 11/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 109 do loteamento Casal do Freixo, na freguesia de
Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido
por Maria Domitília Assunção Gonçalves Coimbra. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 319/13, de 11/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 110 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 318/13, de 10/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 110 do loteamento Casal do Freixo, na freguesia de
Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido
por Maria Domitília Assunção Gonçalves Coimbra. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 318/13, de 10/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 079

Reunião de 2013/10/30

Procº 55/04 CERTAUGI

Deliberação nº 1079

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO QUINTA DA AZINHEIRA, LOTE 40 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 302/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 40 do loteamento Quinta da Azinheira, na freguesia de
Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila
Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2002-AUGI, de
30/09, requerido por Maria Manuela Alves Soares de Albergaria. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 302/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente, à data. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO QUINTA DA AZINHEIRA, LOTE 41 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 303/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 41 do loteamento Quinta da Azinheira, na freguesia de
Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila
Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2002-AUGI, de
30/09, requerido por Maria Alice Afonso Martins. -----

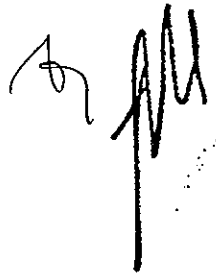
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 303/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente, à data. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO PINHAL DAS AREIAS, LOTE 4 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 306/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 4 do loteamento Pinhal das Areias, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2011-AUGI, de 24/08, requerido
por João Maria Nunes Nogueira. -----

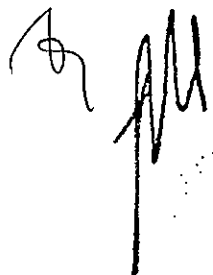
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 306/13, de 16/09, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente, à data. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO, LOTE A78 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 323/13, de 10/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A78 do loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido
por Aníbal Mendes Júlio Pinheiro. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 323/13, de 10/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO, LOTE A79 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 322/13, de 10/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A79 do loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido
por Aníbal Mendes Júlio Pinheiro.-----

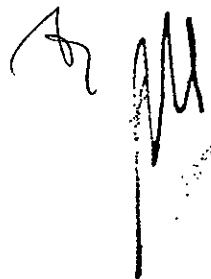
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 322/13, de 10/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO, LOTE A81 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 321/13, de 10/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A81 do loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido
por Aníbal Mendes Júlio Pinheiro. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 321/13, de 10/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO, LOTE B44 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 324/13, de 17/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote B44 do loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido
por Manuel Antunes Diniz Lopes, Lda. -----


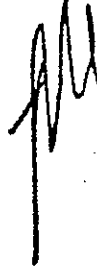
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 324/13, de 17/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO, LOTE B48 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 320/13, de 11/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote B48 do loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido
por Leandro Francisco Garcia Dedeiras.-----

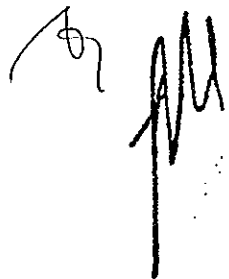
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 320/13, de 11/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ENXORDEIROS, LOTE 7 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 325/13, de 14/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 7 do loteamento Enxordeiros, na freguesia de Alverca do
Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2012-AUGI, de 27/06, requerido
por Augusto Alves. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 325/13, de 14/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DA SERRA, LOTE 116 – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 327/13, de 14/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 116 do loteamento Casal da Serra, na freguesia da Póvoa de
Santa Iria, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 6/2010-AUGI, de 22/09, requerido
por Nelson Rita Jorge. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 327/13, de 14/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DA SERRA, LOTE 117 – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 326/13, de 14/10, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 117 do loteamento Casal da Serra, na freguesia da Póvoa de
Santa Iria, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do Alvará de Loteamento nº 6/2010-AUGI, de 22/09, requerido
por Nelson Rita Jorge. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 326/13, de 14/10, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

1. Assunto: RESTITUIÇÃO DE VALOR COBRADO INDEVIDAMENTE - QUINTA DA PONTE, LOTE 8 – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 309/13, de 17/09, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da restituição de 21,70€, cobrados indevidamente a Júlio Berto Alexandre Vicente, relativos ao cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 8 da AUGI Quinta da Ponte e Anexos, na freguesia de São João dos Montes, por não ter sido emitido ainda o alvará de loteamento. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 309/13, de 17/09, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente, à data. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 091

Reunião de 2013/10/30

Procº 43/13 CERTAUGI

Deliberação nº 1091

1. Assunto: RESTITUIÇÃO DE VALOR COBRADO INDEVIDAMENTE - FONTE SANTA, LOTE 174 - VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 308/13, de 17/09, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da restituição de 21,70€, cobrados indevidamente a Eurico Almeida Rodrigues, relativos ao cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 174 da AUGI Fonte Santa, na freguesia de Vialonga, por não ter sido emitido ainda o alvará de loteamento. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 308/13, de 17/09, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente, à data. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: SEGUNDA ALTERAÇÃO AO ESTUDO DE LOTEAMENTO DA PARCELA 4 DA TERRA DA PASTORIA - FORTE DA CASA – CERTIDÃO DO PLANO Nº 4/2005 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 195/13, de 26/09, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da segunda alteração ao estudo de loteamento da parcela 4 da Terra da Pastoria, na freguesia de Forte da Casa, a que corresponde a Certidão do Plano nº 4/2005, nos termos da alínea b), do nº 1, do artº 4º, da Lei nº 91/95, alterada pelas Leis nºs 165/99, 64/03, e 10/08. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 195/13, de 26/09, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----



4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente, à data. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS

1. Assunto: REABILITAÇÃO DA ESTRADA DOS CANIÇOS – PÓVOA DE SANTA IRIA/
FORTE DA CASA /VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 901/13, de
20/09, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria e receção
definitiva, bem como da libertação das garantias referentes à empreitada da
Reabilitação da Estrada dos Caniços – Póvoa de Santa Iria/Forte da Casa/Vialonga,
adjudicada à Construções Pragosa, S.A. -----

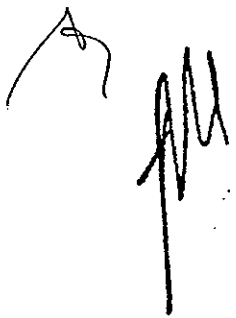
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 901/13, de 20/09, do
DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte
da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que a estrada encontra-se com
fissuras e abatimentos, e uma vez que se está a falar em rececionar a obra, sugere
que seja analisado o assunto de modo a que depois a câmara municipal não fique
prejudicada. -----
O Sr. Presidente interveio, agradecendo a informação e pedindo ao Sr. Vereador
António Oliveira e aos respetivos serviços para irem ao local verificar se estes
danos são de uso normal da estrada ou se existe alguma falha no processo de
construção da mesma. Tendo em conta a situação, retira o ponto da ordem do dia.-

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL DO BOM SUCESSO – ALVERCA DO RIBATEJO-----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 924/13, de 27/09, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria, conta final, e da liberação, no valor 186 688,35€, de 90% da caução total da obra da construção do Centro Cultural do Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Costa & Carvalho, S.A.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 924/13, de 27/09, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU, 4 anos após a receção definitiva do Centro Cultural do Bom Sucesso, não aceitam que continue incompleto, faltando dotar o espaço com equipamento de som e iluminação para o seu completo funcionamento e mais perfeita utilização.-----
Informou ainda que até à próxima reunião de câmara a CDU irá entregar uma proposta para a aquisição da arquitetura cénica necessária ao espaço do Centro Cultural do Bom Sucesso.-----
O Sr. Presidente interveio, mencionado que tem consciência que há questões ainda por realizar para as atividades que se pretendem desenvolver, e fica a aguardar o documento da CDU.-----
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que existem também situações de deterioração, principalmente nos gabinetes, tomando como exemplo o estalar

da tinta em alguns pontos, e o facto de parecer que em alguns locais o piso está a abater, ficando a Coligação Novo Rumo com dúvidas no que diz respeito à sua solidez. -----

O Sr. Presidente interveio novamente, referindo que a sua preocupação está principalmente focada nos vidros de grande dimensão que estão a estalar, perguntando à Engª Rosário Ferrão se já existe alguma solução. -----

Respondeu a Engª Rosário Ferrão que já foi feita uma avaliação e ainda não se conseguiu perceber o motivo dos vidros estarem a estalar passados 4 anos. Se fosse alguma anomalia deveria ter acontecido no primeiro ou segundo ano. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que, independentemente dos motivos, pensa que não tenha a ver com questões de construção, pois os vidros tinham sido adquiridos com características próprias para o efeito, e é uma situação anormal, a estudar, perguntando ainda se já foi feita a vistoria. -----

A Engª Rosário Ferrão respondeu que foi feita uma vistoria conjunta com o empreiteiro e a câmara municipal, analisou-se a situação, mas nenhuma das entidades chegou a uma conclusão sobre os vidros. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que ainda não está convencido, e que o assunto pode esperar mais 15 dias, com uma informação relativa às questões que os Srs. Vereadores Paulo Rodrigues e João de Carvalho mencionaram. Desta forma, retira o ponto da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Retirado o ponto da ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 097

Reunião de 2013/10/30

Procº 04/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 1093

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALVES REDOL – FASE 3 (TROÇO ENTRE A RUA ALMEIDA GARRETT E A AV. PEDRO VICTOR) – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 983/13, de 14/10, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos, no valor de (-)6 853,21€, acrescido do IVA, referente à empreitada da Requalificação da rua Alves Redol – Fase 3 (troço entre a rua Almeida Garrett e a Av. Pedro Victor), em Vila Franca de Xira, adjudicada à Constradas – Estradas e Construção Civil, S.A.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 983/13, de 14/10, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALVES REDOL – FASE 3 (TROÇO ENTRE A RUA ALMEIDA GARRETT E A AV. PEDRO VICTOR) – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 984/13, de 14/10, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/09/24, referente à empreitada da requalificação da rua Alves Redol – Fase 3 (troço entre a rua Almeida Garrett e a Av. Pedro Victor), em Vila Franca de Xira, adjudicada à Constradas – Estradas e Construção Civil, S.A.-----

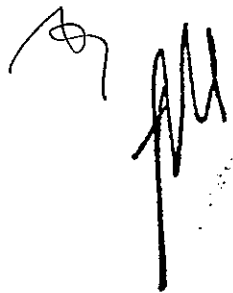
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 984/13, de 14/10, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de Câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DE UM POLIDESPORTIVO COM BANCADAS E TRABALHOS COMPLEMENTARES NA EB PEDRO JACQUES DE MAGALHÃES – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 985/13, de 14/10, do DOVI/DOVI, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos, no valor de (-)4 607,23€, acrescido do IVA, referente à empreitada da construção de um polidesportivo com bancadas e trabalhos complementares na EB Pedro Jacques de Magalhães, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Construtora UDRA, Lda., não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 985/13, de 14/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----





1. Assunto: CONSTRUÇÃO DE UM POLIDESPORTIVO COM BANCADAS E TRABALHOS COMPLEMENTARES NA EB PEDRO JACQUES DE MAGALHÃES – ALVERCA DO RIBATEJO – RECEÇÃO PROVISÓRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 989/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção provisória, datado de 2013/09/06, referente à empreitada da construção de um polidesportivo com bancadas e trabalhos complementares na EB Pedro Jacques de Magalhães, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Construtora UDRA, Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 989/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----




1. Assunto: EXECUÇÃO DA SEDE E POLIDESPORTIVO DO CLUBE ACADÉMICO DE DESPORTOS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 932/13, de 08/10, do DOVI/DOVI, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos, no valor de (-)1 139,60€, acrescido do IVA, referente à empreitada da execução da sede e polidesportivo do Clube Académico de Desportos, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECI – Arquitectura, Construções e Empreendimentos Imobiliários, S.A., não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº 1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 932/13, de 08/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que CDU irá abster-se neste ponto.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: EXECUÇÃO DA SEDE E POLIDESPORTIVO DO CLUBE ACADÉMICO DE DESPORTOS – PÓVOA DE SANTA IRIA – RECEÇÃO PROVISÓRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 939/13, de 09/10, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/09/23, referente à empreitada de execução da sede e polidesportivo do Clube Académico de Desportos, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECI – Arquitetura, Construções e Empreendimentos Imobiliários, S.A..

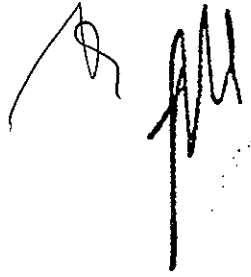
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 939/13, de 09/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que CDU irá abster-se neste ponto.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE – PÓVOA DE SANTA IRIA---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 991/13, de 15/10, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/09/11, referente à empreitada de execução de iluminação pública eficiente, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A..-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 991/13, de 15/10, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que faltam 5 lâmpadas nos candeeiros da rua, mais concretamente junto à sede do Partido Comunista Português, perguntando se é normal fazer uma receção provisória com este tipo de falhas. ----
A Engª Rosário Ferrão interveio, referindo que não tinha conhecimento, mas quando a vistoria foi feita a situação foi contemplada e verificou-se que existiam todos os pontos de luz no local.-----
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que há situações que só se veem de noite, e a iluminação é uma delas. Há cerca de uma semana houve um setor de iluminação nova do Ecobairros que esteve todo apagado, não só na zona mencionada, como também na rua 1º de Dezembro, 5 de Outubro e zona da Igreja, porque a empresa que neste momento está a tratar da programação da iluminação, CNE, está neste momento em testes. Um deles é na rua 28 de Setembro, porque há um pormenor nas luminárias, que rodam entre si, procurando



Deliberação nº _____

[Handwritten signature]

1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 988/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, para aprovação da revogação da nomeação da Engª Cristina Monteiro como coordenadora de segurança em obra, e nomeação da Engª Telma Simões Inácio, da STAGEST – Engenharia e Gestão de Projetos e Obras, Lda., para a função de coordenadora de segurança em obra, referente à prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 988/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 987/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, adjudicada à OLIVEIRAS, Engenharia e Construção, S.A.-----

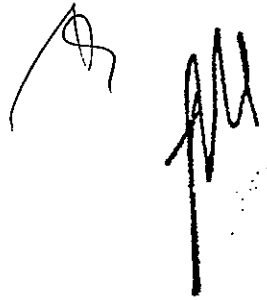
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 987/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA DE SANTA IRIA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 986/13, de 14/10, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da conclusão dos trabalhos da empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, até ao dia 23/11/2013, sem encargos para o dono de obra e de acordo com o plano de trabalhos apresentado pelo empreiteiro, o Consórcio Constrope – Congevia, Engenharia e Construção, S.A, /Gigabeira – Instalações Especiais, Lda., bem como do plano de trabalhos, ficando o empreiteiro vinculado ao novo documento, e não decorrendo qualquer prorrogação do prazo do contrato, reservando ainda a câmara municipal o direito de exigir o pagamento de eventuais danos decorrentes do não cumprimento do prazo e do plano de trabalhos, fazendo valer os seus direitos de indemnização no caso de vir a ser prejudicada, nomeadamente pela perda de financiamento da empreitada, decorrente da candidatura do QREN. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 986/13, de 14/10, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntando se já existe algum protocolo a ser assinado pelo Grémio Dramático Povoense para o funcionamento deste espaço cultural. -----
O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, dizendo que o último prolongamento feito ocorreu dentro do prazo e pergunta se este novo prolongamento pedido para a conclusão da obra não virá trazer problemas em termos de financiamento. -----

Interveio o Urbª Luís Matas de Sousa, esclarecendo que neste momento o prazo aprovado em termos do Programa Operacional Regional de Lisboa - Parcerias para a Regeneração Urbana do Ecobairros do edifício para espaço cultural é 30 de dezembro de 2013. Em termos regulamentares do POR Lisboa e das orientações da gestão, pode haver ainda uma possibilidade de reprogramação para dilatar este prazo, condicionado, no entanto, à aprovação da comissão diretiva respetiva. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o que está previsto no caderno de encargos é o que se irá fazer. Eventualmente, se for necessário mais algum equipamento virá para análise. -----

Quanto ao protocolo de cedência, já existe um esboço que será enviado como proposta ao Grémio para se pronunciar, e posteriormente vir a reunião de câmara.-

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que a CDU não sabe quais os equipamentos pensados para este lugar, pedindo informações sobre esta matéria.-----

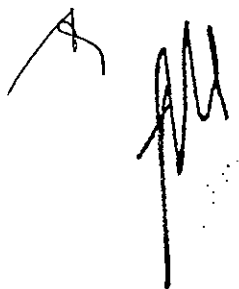
O Urbª Luís Matas de Sousa interveio, referindo que o mapa de trabalhos e orçamento estão na posse dos vereadores, e têm tudo discriminado. Os equipamentos cénicos estão contemplados, e todas as quantidades que foram abordadas pelo representante do Grémio em reuniões com a câmara municipal.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando que a CDU pede informação, pois no plano de trabalhos de prolongamento do prazo não está contemplada a instalação da arquitetura cénica, e aquilo que sustenta a alteração da data de conclusão da obra são as questões de construção física em si. Assim, perguntam se nesta alteração de prazo está contemplada a arquitetura cénica.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Urbª Luís Matas de Sousa irá enviar de imediato a todos os vereadores o que está previsto. Se houver alguma matéria que queiram discutir posteriormente, estará disponível para o efeito. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU está na câmara municipal para ajudar, com responsabilidade, e quando os Srs. Vereadores deixarem de perceber isso, então estarão errados.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA E RESTABELECIMENTO DO TROÇO ACIDENTADO DA ESTRADA DE S. MARCOS - CALHANDRIZ -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1008/13, de 21/10, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de S. Marcos, na Calhandriz, até ao dia 12/11/2013, sem encargos para o dono de obra e de acordo com o plano de trabalhos apresentado pelo empreiteiro, HCI – Construções, S.A., bem como do plano de trabalhos e cronograma financeiro, ficando o empreiteiro vinculado aos novos documentos, e não decorrendo qualquer prorrogação do prazo do contrato, reservando ainda a câmara municipal o direito de exigir o pagamento de eventuais danos decorrentes do não cumprimento do prazo e do plano de trabalhos, fazendo valer os seus direitos de indemnização no caso de vir a ser prejudicada, tendo especialmente em conta que o prazo do financiamento externo da obra termina em 31/12/2013.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1008/13, de 21/10, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se à conservação da EN 10.6, dizendo que lhe perguntarão os Srs. Vereadores o que é que tem a ver com a estabilização da estrada de São Marcos, ao que pode responder que é exatamente para não voltar a falar do mesmo, e não volte a acontecer o que aconteceu com a estrada de São Marcos.-----

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Assim, perguntam os membros da CDU até que ponto, por parte da Estradas de Portugal, a conservação da EN 10.6 está assegurada, designadamente quanto às questões de drenagem.-----

Respondeu o Sr. Presidente que esta é uma matéria em que se tem vindo a trabalhar com a Estradas de Portugal. As opiniões divergem, estando convicto de que o tapamento de uma passagem hidráulica na zona criou dificuldades, mas o projeto também não teve em consideração alguns aspetos.-----

Este projeto teve em vista, não o reforço da EN 10.6, mas única e exclusivamente encontrar uma solução que desse a garantia de que não se iam ter mais problemas no futuro com aquela estrada, o que não significa que não se volte a conversar com a Estradas de Portugal, para que escreva que da parte da mesma não há nenhum problema, e que a estrada não vai sofrer dificuldades no futuro. -----

No entanto, é um ponto difícil, com a encosta que vem da Cimpopor, com alguns movimentos, e sabendo-se que ciclicamente há escorregamentos, pensando o próprio que a Estradas de Portugal deveria ter feito mais do que aquilo que fez, que foram drenagens e tapamento de fissuras. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: ECOBAIRRO – REFORÇO DA MOBILIDADE E ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÓNICAS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1010/13, de 21/10, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da conclusão dos trabalhos da empreitada do Ecobairro – Reforço da Mobilidade e Eliminação das Barreiras Arquitetónicas, na Póvoa de Santa Iria, até ao dia 15/11/2013, sem encargos para o dono da obra e de acordo com o plano de trabalhos apresentado pelo empreiteiro, AECl – Arquitetura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A., bem como do plano de trabalhos e cronograma financeiro, ficando o empreiteiro vinculado aos novos documentos, e não decorrendo qualquer prorrogação do prazo do contrato, reservando ainda a câmara municipal o direito de exigir o pagamento de eventuais danos decorrentes do não cumprimento do prazo e do plano de trabalhos, fazendo valer os seus direitos de indemnização no caso de vir a ser prejudicada, tendo especialmente em conta que o prazo do financiamento externo da obra termina no final do mês de novembro de 2013.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1010/13, de 21/10, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que a par desta obra está a ser colocada sinalização vertical para uma futura instalação de parquímetro na zona antiga da Póvoa de Santa Iria. Esta sinalização já se encontra colocada por todas as ruas e, neste sentido, relembra que todas as alterações ao trânsito terão que passar por este órgão.-----


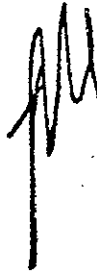



A propósito, pergunta como está o andamento do posto de atendimento às pessoas de mobilidade condicionada, e o ponto de situação do projeto de iluminação das barreiras arquitetónicas, que até ao momento ainda não saiu da apresentação que foi feita. -----

Respondeu o Sr. Presidente que sugere que a sinalização não seja posta já, e que sejam colocados só os prumos, para evitar algumas dificuldades que foram abordadas. -----

Relativamente às outras questões, irá procurar obter a informação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO PORTO DA AREIA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 992/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Porto da Areia, na Castanheira do Ribatejo, até ao dia 31/10/2013, sem encargos para o dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o mesmo prazo, apresentados pelo empreiteiro, Construções Pragosa, S.A., sem aplicação de multas ao mesmo, e não decorrendo qualquer prorrogação do prazo contratual. -----

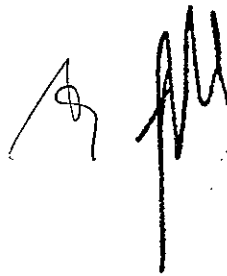
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 992/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO APEADEIRO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 990/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Apeadeiro, na Castanheira do Ribatejo, até ao dia 31/10/2013, sem encargos para o dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o mesmo prazo, apresentados pelo empreiteiro Construções Pragosa, SA, sem aplicação de multas ao mesmo, e não decorrendo qualquer prorrogação do prazo contratual. -----

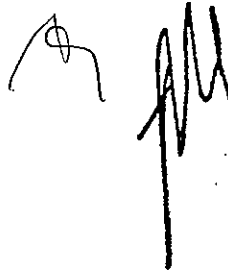
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 990/13, de 15/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: AMPLIAÇÃO DO TALHÃO R DO CEMITÉRIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1013/13, de 21/10, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de suspensão dos trabalhos, a partir do dia 19/10/2013, por um período de 194 dias, da empreitada de ampliação do talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira, adjudicada à Construções Pragosa, S.A. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1013/13, de 21/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----



4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

CAPÍTULO: GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS E PELO SR. VEREADOR VALE ANTUNES, À DATA, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SRª PRESIDENTE, À DATA-----

2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos e Sr. Vereador Vale Antunes, à data, no período entre 2013/08/19 e 2013/10/21, referentes à emissão e renovação de cartões de vendedor ambulante e emissão de segunda via de licença de utilização específica. -

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 119

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1109

Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DA SRª PRESIDENTE E DA SRª VEREADORA
CONCEIÇÃO SANTOS, À DATA, NA ÁREA DE PESSOAL -----

- Contratação, na modalidade de contrato por tempo indeterminado, com efeitos a 23 de setembro de 2013, do trabalhador Jorge Miguel da Costa Fernandes, na categoria de Técnico de Informática – Grau 1, Nível 1 (carreira não revista), por despacho da Srª Presidente de 2013/09/13. -----

- Mobilidade interna intercarreiras, com efeitos a 25 de setembro de 2013, pelo período de 18 meses, do Assistente Operacional, Márcio Alexandre da Silva Farinha, para a carreira de Assistente Técnico (área administrativa), por despacho da Srª Vereadora de 2013/09/24. -----

- Mobilidade interna intercarreiras, com efeitos a 25 de setembro de 2013, pelo período de 18 meses, da Assistente Operacional, Mónica Alexandra Aguiar Coelho, para a carreira de Assistente Técnica (área administrativa), por despacho da Srª Vereadora de 2013/09/24. -----

- Mobilidade interna intercarreiras, com efeitos a 25 de setembro de 2013, pelo período de 18 meses, da Assistente Operacional, Maria da Graça Carvalho Costa Pinto Carraça, para a carreira de Assistente Técnica (área administrativa), por despacho da Srª Vereadora de 2013/09/24. -----

- Exoneração, com efeitos a 18 de outubro de 2013, solicitada pelo Assistente Operacional, Rui Carlos Nunes de Melo, por despacho da Srª Vereadora de 2013/09/25. -----

- Prorrogação da nomeação, em regime de substituição, com efeitos a 30 de outubro e até ao terminus do procedimento concursal no cargo de Chefe da Divisão Municipal de Cultura, Turismo, Património e Museus, do Departamento Municipal de Educação e Cultura, de Maria de Fátima Palmela de Faria Roque, por despacho da Srª Presidente de 2013/09/27. -----

Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata ' 120
Reunião de 2013/10/30

Procº _____
Deliberação nº 1110

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Acórdão do Tribunal Constitucional nº 474/2013, de 17 de setembro, I série, que se pronuncia pela inconstitucionalidade da norma constante do nº 2 do artigo 18º do Decreto nº 177/XII (regime de requalificação de trabalhadores em funções públicas), enquanto conjugada com a segunda, terceira e quarta partes do disposto no nº 2 do artigo 4º do mesmo diploma; pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do nº 1 do artigo 4º, bem como da norma prevista alínea b) do artigo 47º do mesmo Decreto nº 177/XII, na parte em que revoga o nº 4 do artigo 88º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e na medida em que impõem, conjugadamente, a aplicação do nº 2 do artigo 4º do mesmo Decreto aos trabalhadores em funções públicas com nomeação definitiva ao tempo da entrada em vigor daquela lei; -----

Portaria nº 293/2013, de 26 de setembro, I série, que alarga o Programa de Apoio e Qualificação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância; -----

Decreto Regulamentar nº 6/2013, de 15 de outubro, I série, que procede à terceira alteração ao Decreto Regulamentar nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social;--

Portaria nº 302/2013, de 16 de outubro, I série, que identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios que devem acompanhar os procedimentos de autorização prévia, de comunicação prévia com prazo e de mera comunicação respeitantes à instalação, exploração e alteração de estabelecimentos industriais;-----


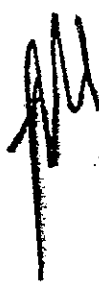
Acórdão do Tribunal Constitucional nº 636/2013, de 21 de outubro, I série, que declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 70º, nº 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, interpretada no sentido de que, existindo distribuição domiciliária na localidade de residência do notificado, é suficiente o envio de carta, por via postal simples, para notificação da decisão de cancelamento do apoio judiciário, proferida com fundamento no artigo 10º da Lei nº 34/2004, de 29 de julho; -----

Decreto-Lei nº 146/2013, de 22 de outubro, I série, que procede à 12ª alteração do



Deliberação nº

Tomado conhecimento.

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, à data, no período compreendido entre 2013/09/11 e 2013/10/22, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g) do nº 1 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento, -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata' 123

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1112

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----22 659 248,84€
Dotações não Orçamentais----- 2 205 985,09€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 3 523 600,99€
Dotações não Orçamentais----- 560 692,49€



3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 2010/01/13-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 570/13, de 18/10, do DGAFJ/DRH, para revogação de deliberação de câmara tomada em 2010/01/13, referente ao protocolo de colaboração celebrado com a Escola Secundária Gago Coutinho, pelo facto de não ter produzido efeitos.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 570/13, de 18/10, do DGAFJ/DRH, protocolo de colaboração e deliberação de câmara de 2010/01/13, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data, submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que é proposta a revogação de uma deliberação, porque dizia respeito a um estágio de uma aluna que acabou por fazê-lo, tendo em conta um protocolo geral que veio a reunião de câmara para todas as escolas e estágios, deixando de haver estes protocolos personalizados.----
O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que este protocolo era para o ano letivo 2009/2010, e a aluna que era para fazer o estágio também nunca o fez, o que estranha é que passados 4 anos esta proposta de revogação venha a reunião de câmara.-----

Aproveita ainda para perguntar se já existe previsão para o término das obras da escola.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que o assunto em concreto vem a reunião por uma questão puramente formal, porque os serviços consideraram que, não tendo produzido efeitos, deveria vir para revogação. -----

Relativamente à escola, a questão não será para a câmara municipal, mas para o





Reunião de 2013/10/30

Deliberação nº _____

Governo, uma vez que foi este a parar a obra. -----

De todas as obras no âmbito da Parque Escolar a câmara municipal está sempre em cima do assunto, e ainda não há data prevista, sendo que surgiu a semana passada uma notícia, no jornal Público, dando conta que iriam avançar algumas das escolas que estavam suspensas, mas não dizia quais, estando-se a tentar perceber se alguma é a Escola Secundária Gaço Coutinho. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Sr^a Presidente, à data. _____

1. Assunto: CONCURSO INTERNO DE INGRESSO DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA – GRAU 1, NÍVEL 1 (CARREIRA NÃO REVISTA) – RECRUTAMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 681/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento, precedido de estágio, com duração de 6 meses, do candidato David Alexandre Gonçalves Cartaxo, posicionado em 2º lugar no concurso interno de ingresso para Técnico de Informática – Grau 1, Nível 1 (carreira não revista).-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 681/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH e comunicação interna nº 97/13, de 24/09, do DOVI/DIT, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atá 127

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1115

1. Assunto: PROCEDIMENTO PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU – COORDENADOR DA DIVISÃO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 682/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, para aprovação, em complemento à deliberação de câmara tomada em 2013/06/19, do alargamento do âmbito das licenciaturas, incluindo-se mais 2 áreas, designadamente direito e arquitetura, exigíveis para o recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de 3º grau, Coordenador da Divisão Municipal de Fiscalização.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 682/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH e deliberação de câmara de 2013/06/19, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----




1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL – COVEIRO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 645/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal do pedido de prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final, por mais 6 meses, do procedimento concursal para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional – coveiro. --

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 645/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, deliberação da assembleia municipal de 2013/04/18, e deliberação de câmara de 2013/03/20, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 129

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1117

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL - CANTONEIRO DE LIMPEZA - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 643/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal do pedido de prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final, por mais 6 meses, do procedimento concursal para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional - cantoneiro de limpeza. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 643/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, deliberação da assembleia municipal de 2013/04/18, e deliberação de câmara de 2013/03/20, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata' 130

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1118

1. Assunto: REABILITAÇÃO DE FRAÇÕES EM EDIFÍCIOS – BAIRRO MUNICIPAL DA CEVADEIRA – SUBSTITUIÇÃO DE VALORES RETIDOS E GUIA DE DEPÓSITO POR GARANTIA BANCÁRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 314/13, de 23/10, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da substituição de valores retidos e guia de depósito, no montante de 14 754,35€, por garantia bancária de igual valor, respeitantes à empreitada de “Reabilitação de frações em edifícios – Bairro Municipal da Cevadeira – Castanheira do Ribatejo”. -----


3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 314/13, de 23/10, do DGAFJ/DFPCO, carta registada da Urbieng – Engenharia Construções e Consultadoria, Lda, guia de depósito, deliberação de câmara de 2010/04/21, e informação nº 263/10, de 05/04, do ERMU, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata' 131

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1139

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS –
SUBSTITUIÇÃO DE VALORES RETIDOS POR GARANTIA BANCÁRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 313/13, de
23/10, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da substituição de valores retidos, no
montante de 13 650,00€, por garantia bancária de igual valor, respeitantes à
empreitada de “Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais do
concelho”.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 313/13, de 23/10, do
DGAFJ/DFPCO, recibos de pagamento, comunicação interna nº 504/13, de 10/09, do
DOVI/SA, e deliberação de câmara de 2013/01/09, documentos que se dão por
inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 132

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1120

1. Assunto: FUNDO DE MANEIO 2013 – GABINETE DE APOIO À SRª VEREADORA MARINA TIAGO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 316/13, de 23/10, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da constituição de um fundo de maneio, no valor de 200,00€ mensais, destinado ao gabinete da Srª Vereadora Marina Tiago, o qual ficará à responsabilidade da secretária, Isabel Teresa Rodrigues Jordão.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 316/13, de 23/10, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 133

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1121

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À RECEÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DA CÂMARA MUNICIPAL - ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 576/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, para aprovação da adjudicação à CAOC – Contabilidade, Auditoria, Organização e Consultadoria, Lda, pelo valor de 44 280,00€, mais IVA, da aquisição de serviços de apoio à receção do edifício central da câmara municipal, da minuta do contrato, bem como posterior remessa à assembleia municipal para aprovação da assunção do compromisso plurianual, nos termos da lei dos compromissos.-----



3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 576/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH e deliberação de câmara de 2013/09/11, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS DO CONCELHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 407/13, de 16/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação do relatório final, com proposta de adjudicação à Multi Welldone, Lda, lotes 1 e 2, pelo valor de 459 504,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativa à contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos municipais do concelho, bem como posterior remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual. -----

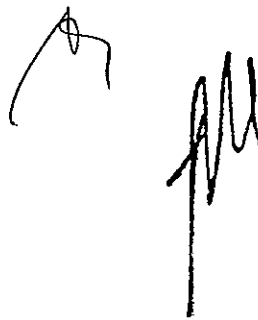
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 407/13, de 16/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE ZONAS VERDES DO CONCELHO – MINUTAS DOS CONTRATOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 410/13, de 17/10, do DGAFJ/DPFCO/SC, para aprovação das minutas dos contratos relativos à contratação de serviços de limpeza e manutenção de zonas verdes do concelho de Vila Franca de Xira, adjudicados à Floragarden – Projetos Silvicultura e Jardinagem, lotes 1, 3, 4 e 5, pelo valor de 634 531,64€; à EB Jardins – Conservação e Reparação, Lda, lotes 2, 6 e 7, pelo valor de 493 679,88€; e à Recolte – Serviços e Meio Ambiente, SA, lote 8, pelo valor de 394 128,01€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 410/13, de 17/10, do DGAFJ/DPFCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que a CDU vota contra, sendo os argumentos conhecidos por todos. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 136

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1124

1. Assunto: CCP – RECURSO HIERÁRQUICO “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE ZONAS VERDES NO CONCELHO” – NEGAÇÃO DE PROVIMENTO AO RECURSO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com parecer nº 120/13, de 22/10, do DGAFJ/DAJ, para negação do provimento ao recurso hierárquico apresentado pela Recolte – Serviços e Meio Ambiente, SA, relativo à contratação de serviços de limpeza e manutenção de zonas verdes do concelho.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se parecer nº 120/13, de 22/10, do DGAFJ/DAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Intervenção a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que a CDU se abstém.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata ' 137
Reunião de 2013/10/30
Procº _____
Deliberação nº ' 1125

1. Assunto: EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – MINUTA DO CONTRATO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 225/13, de 13/09, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada de execução da Escola Básica do 1º ciclo do Sobralinho, adjudicada à Construtora Udra, Lda, pelo valor de 1 499 155,05€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 225/13, de 13/09, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: A Srª Presidente, à data de 2013/09/16, submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente, à data de 2013/09/16. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

[Handwritten signature]

1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS – FREGUESIAS DE ALVERCA DO RIBATEJO, PÓVOA DE SANTA IRIA E VILA FRANCA DE XIRA -----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 306/13, de 25/09, do DEC/DCTPM, para aprovação da atribuição de topónimos nas freguesias de Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria e Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 306/13, de 25/09, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que a CDU já alertou para uma questão, que tem a ver com o nome atribuído e aprovado por unanimidade pela assembleia de freguesia de Alverca, para que este jardim seja designado por Jardim Manuel Augusto. Mais uma vez vai-se aprovar atribuição de topónimos nesta freguesia, e mais uma vez esta denominação não aparece, para ser aprovada. Em momentos anteriores a ex-presidente de câmara disse que iria fazer um contacto com o Sr. Presidente da junta, e agora mais uma vez dá conta que isto não faz sentido nenhum. -----
Lamenta também, uma vez que se fala da estrada do Farrobo, o estado do palácio. Sabe que a câmara municipal não é dona do imóvel, mas é lamentável.-----
Concluiu, questionando se quando são atribuídos nomes de pessoas a ruas é costume comunicar com a família.-----
O Sr. Presidente interveio, referindo que pensa ser do bom senso, pois a própria família até pode não querer, por razões diversas. -----
Em relação ao jardim, compromete-se em falar com o Sr. Presidente da junta, para

ver se se consegue resolver a situação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 141

Reunião de 2013/10/30

Procº DCTAE.00DB.102

Deliberação nº ' 1127

1. Assunto: NORMAS DO EMPRÉSTIMO INTERBIBLIOTECAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 243/13, de 24/09, do DEC/DBD, para aprovação das normas de empréstimo interbibliotecas, estabelecidas no seguimento de reuniões efetuadas com representantes dos agrupamentos escolares do concelho, visando abranger bibliotecas municipais e escolares.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 243/13, de 24/09, do DEC/DBD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -

4. Dotação orçamental: Plano-----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----





Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 142

Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº 1128

1. Assunto: FAO 2013 – SUBSÍDIO COMPENSATÓRIO AOS CAMPINOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 334/13, de 25/10, do DEC/DCTPM, para aprovação do subsídio compensatório aos campinos participantes nas esperas de touros da Feira Anual de Outubro. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 334/13, de 25/10, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO,
EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL




1. Assunto: APOIO MUNICIPAL À REALIZAÇÃO DO INDICATIVO 01 – FESTIVAL DE TEATRO – ATENEU ARTÍSTICO VILAFRANQUENSE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 340/13, de 22/10, do GAMAJ, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Ateneu Artístico Vilafranquense, visando o apoio à realização da 2ª edição do Indicativo 01 – Festival de Teatro, durante o período de 15 de novembro a 1 de dezembro de 2013.-----

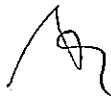

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 340/13, de 22/10, do GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano-----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: APOIO MUNICIPAL A INICIATIVAS CULTURAIS – CEGADA – GRUPO DE TEATRO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 339/13, de 22/10, do GAMAJ, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o grupo de teatro Cegada, no âmbito da programação do Teatro – Estúdio Ildefonso Valério, que decorrerá entre 1 e 9 de novembro de 2013.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 339/13, de 22/10, do GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano-----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CONDICIONAMENTOS DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 698/13, de 25/10, do DASDEDS/DASEP/SA, para ratificação dos atos praticados pelo Sr. Presidente, tendo por base o interesse público, relativos a condicionamentos de trânsito. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 698/13, de 25/10, do DASDEDS/DASEP/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 147

Reunião de 2013/10/30

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 148
Reunião de 2013/10/30

Procº _____
Deliberação nº 1132

1. Assunto: LISTAGEM DOS CONTRATOS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 311/13, de 22/10, do DGAFJ/DFPCI, para conhecimento da listagem dos contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, referente ao mês de setembro.--



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 311/13, de 22/10, do DGAFJ/DFPCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano-----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que as duas últimas intervenções de programas do Colete Encarnado foram sempre apresentadas como sem custos, embora depois viessem também numa listagem umas dormidas no hotel, mas não é por aí. -----
Contudo, fica admirado que o valor da transmissão televisiva fosse exatamente os 5 000,00€, patamar máximo que o Sr. Presidente pode autorizar sem vir a reunião de câmara, e tem dúvidas que isso trouxesse mais-valias para a câmara municipal e concelho por este valor.-----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que não tem dúvidas que o Sr. Vereador Aurélio Marques será um precioso auxiliar na análise destes assuntos. Quanto à questão em si, irá pedir informações à colaboradora que faz a interligação com o programa em causa.-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ELISABETE SERRANO ALVES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 702/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais 6 meses, de Elisabete Serrano Alves, com as funções de jurista, na Divisão de Assuntos Jurídicos. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 702/13, de 22/10, do DGAFJ/DRH, informação nº 45/13, de 27/09, do DGAFJ/DAJ, e comunicação interna nº 514/13, de 24/09, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU questionam, uma vez que a avença já dura desde fevereiro de 2007, tendo em conta que a câmara municipal tem um extenso número de juristas, se não tem capacidade, dentro do seu gabinete de apoio jurídico, para contemplar as tarefas desempenhadas por esta avençada ou, em última instância, por que razão a mesma não aceita fazer parte dos quadros da câmara municipal.-----
Não concordam com a justificação do prolongamento da avença, pois é minorizar os juristas do quadro, e perguntam se a câmara municipal não tem capacidade de evitar a despesa através da execução deste trabalho pelo seu grupo de juristas.----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que os juristas que a câmara municipal tem não são suficientes para o trabalho que é necessário fazer, e neste sentido propõe que se abra um concurso público para a contratação de mais um. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 150



Reunião de 2013/10/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Contudo, essa possibilidade só acontecerá quando saírem as várias dezenas de pessoas que pediram aposentação, para se poder entrar naquele número de possibilidades de admissão que a lei exige. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS ZONAS VERDES DO CONCELHO, DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2013 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 413/13, de 22/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza e manutenção das zonas verdes do concelho, durante os meses de novembro e dezembro de 2013, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei, não se verificando, contudo, redução efetiva. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 413/13, de 22/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que a CDU vota contra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Ata : 152
Reunião de 2013/10/30
Procº 66/13 APRV.AD.RG
Deliberação nº 1135

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SÍTIO INTERNET DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 408/13, de 17/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sítio internet do município de Vila Franca de Xira, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei, bem como posterior remessa à assembleia municipal para autorização do compromisso plurianual.-----

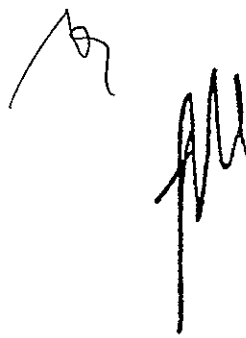
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 408/13, de 17/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE VÁRIOS TROÇOS DE LINHAS DE ÁGUA NO CONCELHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 402/13, de 17/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza e desobstrução de vários troços de linhas de água no concelho, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 402/13, de 17/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 154

Reunião de 2013/10/30

Procº 78/13 APRV.AD.RG

Deliberação nº 1137

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA HUMANA PARA AS OFICINAS MUNICIPAIS DE POVOS E PÁTIO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 426/13, de 25/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de vigilância humana para as oficinas municipais de Povos e pátio, pelo período de 6 meses, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei, bem como posterior remessa à assembleia municipal para autorização do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 426/13, de 25/10, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Deliberação nº 1138

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. _____



Município
de
Vila Franca de Xira

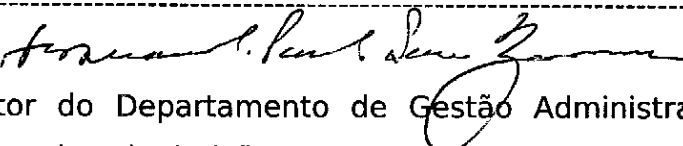
Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 157
Reunião de 2013/10/30
Deliberação nº 1140

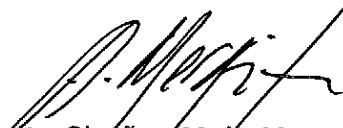
As deliberações desta ata foram aprovadas em minuta, no final da reunião. -----

Encerramento às 14h45. -----

Esta ata foi aprovada, por unanimidade, na reunião de câmara de 2013/11/13,
tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os
membros. -----

E eu,  Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



- Alberto Simões Maia Mesquita -